



Estado da Bahia

MUNICÍPIO DE CORIBE

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2026

OBJETO

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação do acesso à Praça do Mirante na sede, advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia.

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar da presente licitação empresas do ramo que atendam às exigências deste Edital e seus Anexos.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor Preço.

MODO DE DISPUTA

Aberto.

LOCAL E DATA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

Dia: **22 DE MAIO DE 2026**

Horário: **09HS00MIN - HORÁRIO DE BRASÍLIA / DF**

Endereço Eletrônico: **WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR**

Sistema: **COMPRASNET**

Código UASG do Município: **926.606**

Murillo Ferreira Viana

Prefeito

Município de Coribe



ÍNDICE

| | |
|-----|---|
| 1. | PREAMBULO |
| 2. | DO OBJETO |
| 3. | DA RESPONSABILIDADE DE PROPOSTAS SÉRIAS, IDONEAS E FIRMES |
| 4. | MULTAS PARA PROPOSTAS DESISTENTES OU MODO INIDÔNEO |
| 5. | DO VALOR ESTIMADO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS |
| 6. | DO CREDENCIAMENTO |
| 7. | DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO |
| 8. | DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA |
| 9. | DA VISTORIA |
| 10. | DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA |
| 11. | DA ABERTURA DA SESSÃO, DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO LANCES |
| 12. | DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS - JULGAMENTO |
| 13. | DA FASE DE HABILITAÇÃO |
| 14. | DO CHAT - INTERAÇÕES DA COMISSÃO COM AS LICITANTES |
| 15. | DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA |
| 16. | DO TERMO DE CONTRATO |
| 17. | DOS RECURSOS |
| 18. | DA AMOSTRA |
| 19. | DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA |
| 20. | DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO |
| 21. | DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES |
| 22. | DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO |
| 23. | DAS DISPOSIÇÕES GERAIS |
| 24. | DOS ANEXOS |
| 25. | DO FORO |

**EDITAL****CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 004/2026**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 092/2026

MODALIDADE: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2026**TIPO: **MENOR PREÇO GLOBAL**

OBJETO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA DE PAVIMENTAÇÃO DO ACESSO À PRAÇA DO MIRANTE NA SEDE, ADVINDO DE CONTRATO DE REPASSE ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MUNICÍPIO DE CORIBE - BAHIA.

1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE CORIBE, órgão público de direito público interno, inscrito no CNPJ n.º 13.912.084/0001-81, com sede na Rua Bandeirantes, 285, Centro, Coribe, Bahia, CEP 47.690-000, mediante a Comissão de Contratação, designado pela Portaria n.º 001/2026, e conforme art. 8º, §5º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados, fará realizar licitação, na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, do tipo menor preço global, objetivando para Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação do acesso à Praça do Mirante na sede, advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia, conforme as condições estabelecidas neste edital e seus anexos. O procedimento licitatório se rege por toda a legislação aplicável à espécie, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal n.º 14.133/2021, Lei Complementar Federal n.º 123/2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal n.º 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal n.º 8.078/90 e pelo Decreto Municipal n.º 431/2023, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas disposições deste Edital e de seus Anexos:

DA SESSÃO PÚBLICA DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA**Dia: 22 de maio de 2026****Horário: 09hs00min - horário de Brasília - DF****Endereço Eletrônico: www.gov.br/compras****Código UASG: 926.606****Critério de Julgamento: Menor Preço Global****Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário****Modo de Disputa: Aberto****2. DO OBJETO**



2.1. A presente licitação tem como objeto o Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação do acesso à Praça do Mirante na sede, advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia, atendendo às especificações constantes do Anexo I - Projeto Básico.

2.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações dos itens descritas no sistema Comprasnet e as **especificações constantes no Projeto Básico**, prevalecerão sempre as últimas.

2.1.2. As empresas licitantes deverão apresentar propostas em observância às especificações e exigências mínimas contidas nas especificações constantes do **Projeto Básico**, considerando que será por meio deste que será verificado a aceitabilidade das propostas.

2.2. A licitação tem apenas 01 (um) grupo/lote único, conforme tabela constante do Projeto Básico, havendo apenas a possibilidade de participação em todos os itens que compõem o grupo/lote.

2.3. O critério de julgamento adotado será o **menor preço global**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DA RESPONSABILIDADE DE PROPOSTAS SÉRIAS, IDONEAS E FIRMES

3.1. O Município de Coribe, em processos licitatórios realizados sobre a modalidade de Concorrência Pública, passou e passa por dificuldades e transtornos ocasionados diretamente e indiretamente por irresponsabilidade de empresas licitantes que participam das licitações, as quais durante os certames e até posteriormente, o que é pior, “*simplesmente*” solicitam à desclassificação, desconsideração ou informam que tratou-se de um *erro* ou *equivoco*. Destacamos, afirmamos e reiteramos que atitudes desta ordem atentam diretamente contra a Administração Pública, e causam por si só prejuízos aos processos e ao erário.

3.2. Determinações contidas no Instrução Normativa n.º 73, de 30 de setembro de 2022, nos termos do art. 18, §4º, conforme segue *ipsis litteris*:

Art. 18. Após a divulgação do edital de licitação, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

[...]

§ 4º Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese do § 1º, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

(grifo nosso)

3.3. As empresas-licitantes interessadas conforme depreende-se do disposto acima, o que em outras palavras leciona que o licitante possui o **livre arbútrio prévio**, que significa: “possibilidade de **decidir, escolher** em função da **própria vontade**, isenta de qualquer condicionamento, motivo ou causa determinante”, sendo assim podem livremente colocar a proposta e retirá-la, ou mesmo substituí-la, sendo possível até mesmo retirar ou colocar os documentos de habilitação, portanto, alegações levianas, infundadas, etc., serão objeto de



sanções da Administração Pública do Município de Coribe, ou seja, o **livre arbítrio é prévio**, e não posterior.

3.4. Considerando que todas as **condições são pré-estabelecidas** e estão dispostas no instrumento convocatório, no termo de referência e em seus anexos, não cabem de forma indiscutível, portanto, as alegações de *equivocos ou erros serão avaliadas*; “*não era interessante*”; “*eu quis desistir*”; “*o frete é muito caro*”; “*muito distante da sede municipal*”; “*a senha do sistema foi extraviada*”; “*preciso de realinhamento*”; “*não consigo executar a obra de jeito nenhum*”; “*não tenho profissional para continuidade*”, “*nós não observamos*”; “*o funcionário é novo*”; “*o colaborador esqueceu*”, etc., justificativas desta ordem, serão tidas como desrespeitosas pela Administração Municipal de Coribe, pois estas atitudes estão **diretamente** e **frontalmente** prejudicando o Município de Coribe - Bahia, e causando diversos transtornos, tais como: *atrasos nas aquisições ou contratações*; *aquisições parados*; *serviços parados*; *ausências de produtos*; *re-processos*; *re-serviços*; *desabastecimentos*; *obras paralisadas*; *atrasos nas entregas*; *republicações de avisos*; *perca de tempo*; *prejuízos ao erário*; *desgastes de colaboradores*; *cobranças organizacionais desnecessárias*; etc., sem falar dos prejuízos diretos e indiretos ocasionados à toda a população do Município de Coribe - Bahia.

3.5. O Instrução Normativa n.º 73, de 30 de setembro de 2022, nos termos do art. 18, §6º, já determina que cabe ao licitante interessado em participar da Concorrência Pública **responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances**, portanto, como regra, não serão acolhidos pedidos de desconsideração de lances sob alegação genérica de erro, **ressalvadas as hipóteses expressamente previstas na Lei n.º 14.133/2021, na Instrução Normativa n.º 73/2022 e neste edital, por exemplo, lance inconsistente/inexequível nas condições definidas no sistema, sempre mediante análise da Administração**, conforme segue o art. 13, inc. III da norma;

*III - **responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas** em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;*
(grifo nosso)

3.6. A Instrução Normativa determina que o licitante ao manter o seu preço e as condições do proposta/lance, e tal obrigação é de suma importância para manutenção da seriedade da disputa e para se evitar fraudes, considerando que a empresa licitante é plenamente conhecedora dos serviços e obras que executa e que **uma vez ofertado um lance, não é permitida a desistência**, sob a alegação que o seu preço é inexequível, e assim motivar a solicitação de desclassificação, para isto a inexequibilidade deverá ser cabalmente evidente, considerando os valores estimados e as demais propostas.

3.7. A empresa licitante que não apresentar **Propostas Sérias, Idôneas e Firmes** ao Município de Coribe, conforme cada situação, estará sujeita as sanções contidas na Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 e nos termos contidos no Instrumento Convocatório, assegurado o contraditório e a ampla defesa, pois a mera alegação de que houve algum equívoco na formulação de lances não constitui fator suficiente para afastar o dever de manutenção da sua oferta, portanto, cada “*equivoco*” será seriamente analisado, para observar se de fato e de direito tratou-se de erro, ou trata-se de ato leviano com vistas a tumultuar os trabalhos



administrativos e ferir o relevante interesse público nas contratações emanados nos instrumentos convocatórios;

3.8. O Agente de Comissão / Comissão de Contratação, podem deferir ou indeferir o pedido de desistência de proposta(s) ou de lance(s) apenas se entenderem que o motivo é plenamente **justificável, idôneo** e se é decorrente de **fato superveniente**, e a sua justificativa está atrelada aos fatos e ao direito e se tratar de fato superveniente justificável, em conformidade com o art. 155, inciso V da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, onde determina que caso não mantenha sua proposta será responsabilizado administrativamente.

4. MULTAS PARA PROPOSTAS DESISTENTES OU ATUAÇÃO INIDÔNEO

4.1. O Município de Coribe, considerando o histórico de abandonos, desistências e demais condutas irregulares de empresas participantes de procedimentos licitatórios, inclusive com apresentação de propostas em valores inexequíveis ou sem possuir a devida qualificação técnica ou a documentação exigida para a habilitação, muitas vezes somente reveladas após a realização das sessões, registra que comportamentos dessa natureza não serão tolerados pela Administração Municipal, por configurarem violação à legislação aplicável às licitações e contratos administrativos.

4.2. Considerando que todos os atos das sessões públicas são acessíveis aos licitantes e interessados, e que quaisquer solicitações e comunicações da Comissão de Contratação, relativas à abertura, suspensão, avisos, reabertura de sessão e demais atos, são devidamente divulgadas, a ausência injustificada de resposta a questionamentos ou o não envio de documentos requisitados poderá ser caracterizada como abandono do certame ou como infração às normas de regência, sujeitando o licitante às sanções cabíveis, observados o contraditório e a ampla defesa, **poderá caracterizar infração** dos incisos IV, V e VI do art. 155, sujeita às sanções do art. 156, e a apuração por intermédio de Processo Administrativo Sancionador - PAS com abertura imediato.

4.3. Todos os cuidados e responsabilidades exigidas no certame, deve-se novamente por tratar-se de um processo para a execução de uma obra, principalmente por tratar-se de aplicação de recursos públicos advindos do Governo Federal por intermédio do Ministério das Cidades para o Município de Coribe - Bahia, e concluso o processo, será realizado o contrato administrativo decorrente, sendo necessário a sua assinatura e aceite, pois assim espera-se naturalmente a atuação com zelo, respeito e humanidade por parte das empresas perante o relevante interesse público por tratar-se de obra voltada ao cuidado com o bem estar e lazer de nossa população do Município de Coribe.

4.4. Cabe destacar, que a não manutenção da proposta é passível de penalização, e será de fato e de direito apurado as responsabilidades perante o Município de Coribe, inclusive com as possíveis sanções de impedimento de licitar e a declaração de inidoneidade, respectivamente nos incisos III e IV, do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, considerando as ocorrências tidas como infrações, contidas no art. 155, incisos IV e V, conforme segue:

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

(grifo nosso)



4.5. O Município de Coribe com vistas a corroborar com a legislação, temos como parâmetro jurisprudencial, o entendimento firmado do próprio Tribunal de Contas da União - TCU, acerca da imputação de penalidades em face do ato ilegal elencado na lei, advinda do Acórdão n.º 754/2015 - Plenário, TC 015.239/2012-8, relator Ministra Ana Arraes, 08/04/2015, que se trata de **parâmetro jurisprudencial** para a aplicação das sanções aos licitantes conforme segue:

*A aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, estados, Distrito Federal ou municípios, em face de irregularidade elencada no art. 7º da Lei 10.520/02, não depende da comprovação de dolo ou má-fé. Requer tão somente a evidenciação da prática injustificada de ato ilegal tipificado nesse dispositivo legal.
(grifo nosso)*

4.6. Incumbe destacar que o mencionado Acórdão n.º 754/2015 - Plenário, embora fundado em lei posteriormente revogada, mantém atualidade quanto a orientação para a aplicabilidade na Lei n.º 14.133/2021, considerando que vem sendo citado na recente publicação do 5º Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União - TCU, em sua página 614, portanto, basta que a prática **injustificada de ato ilegal tipificado**, apurada em processo administrativo com contraditório e ampla defesa.

4.7. O Município de Coribe com o intuito de resguardar o interesse público e prevenir a participação de empresas sem comprometimento com os serviços públicos, quer seja Obras, ou quaisquer outros, as quais provocam diretamente ou indiretamente perdas ao município, aos servidores públicos e principalmente toda a sua população que depende diariamente do direito de ir e vir, dependendo de ruas pavimentadas para facilitar o trajeto, dos quais serão expandidos com a execução do construção do objeto em comento, portanto, qualquer empresa que participar da Concorrência Pública, e nos casos principais de: não mantiver a proposta, deixar de entregar a documentação ou comportar-se de modo inidôneo, a(s) será(ão) após o encerramento da sessão, imediatamente será comunicado da abertura de um Processo Administrativo Sancionador - PAS, para apurar as responsabilidades da conduta do licitante, em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 sendo informado no Sistema ComprasNet para conhecimento do público.

4.8. Após decisão administrativa definitiva, com respeito ao rito dos arts. 157 e 158, a multa será lançada em favor do Município, podendo ser cobrada por DAM e, em caso de não pagamento, inscrita em dívida ativa para execução, nos termos da legislação municipal e da Lei de Execuções Fiscais. Caso a empresa seja sediada em outro Município, ela será devidamente cadastrada, para posterior emissão do Documento Municipal de Arrecadação - DAM, com o prazo para pagamento de até 10 (dez) dias úteis. Apresentamos uma tabela constitui parâmetro inicial (pena-base) e que a autoridade levará em conta, na fixação final da sanção, os critérios do §1º do art. 156 (gravidade, danos, atenuantes/agravantes, programa de integridade etc.):

| Conduta Praticada pela Licitante ou Adjudicatária | Dosimetria Aplicável |
|--|--|
| Deixar de entregar documentação exigida para o certame | 03 meses de Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar perante a Administração Municipal e multa imediata de 0,50% sobre o valor global estimado. |



| | |
|---|--|
| Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação | 03 meses de Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar perante a Administração Municipal e multa imediata de 0,50% sobre o valor global estimado. |
| Não manter a proposta | 06 meses de Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar perante a Administração Pública multa imediata de 0,50% sobre o valor global estimado. |
| Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva | 06 meses de Declaração de Impedimento de Licitar e Contratar , perante a Administração Pública multa imediata de 0,50% sobre o valor global estimado. |
| Comportar-se de modo inidôneo | 12 meses de impedimento de licitar e contratar perante a Administração Pública Municipal e multa de 0,50% sobre o valor global estimado. |
| Não celebrar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta | 3 anos de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública e multa imediata de 1% sobre o valor global estimado. |
| Apresentar documentação falsa | 3 anos de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública e multa de 1,5% sobre o valor global estimado. |
| Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação | 3 anos de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública e multa de 1,5% sobre o valor global estimado. |
| Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013 | 3 anos de Declaração de Inidoneidade perante a Administração Pública e multa de 2% sobre o valor global estimado. |

4.9. A participação de empresas em licitações públicas devem naturalmente impor elevado grau de responsabilidade aos licitantes, uma vez que o não atendimento às exigências editalícias compromete o regular andamento do certame e pode acarretar significativos prejuízos à Administração Pública Municipal e à população que dela depende, portanto, a atuação séria e comprometida das licitantes é basilar nos certames, sendo o maior ponto de exigência desta municipalidade, e assim destacamos que não haverá tolerância com condutas que evidenciem falta de comprometimento com o regular andamento do certame ou que configurem infração aos arts. 155 e 156 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

5. DO VALOR ESTIMADO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O valor máximo estimado do projeto orçado pela Administração para Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação do acesso à Praça do Mirante na sede, advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia, sob a forma de Planilha de Quantitativos e Custos Unitários, encontra-se nos anexos do Projeto



Básico, totalizando a importância de R\$ 418.523,54 (quatrocentos e dezoito mil, quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e quatro centavos).

5.1.1. O orçamento estimado tem por base para os valores das tabelas: SINAPI (12/2025) - Bahia; ORSE (12/2025) - Sergipe e SICRO3 (12/2025) - Bahia.

5.2. Os recursos financeiros destinados à remuneração da prestação dos serviços de execução da obra proverão de Recursos Federais do Governo Federal por intermédio da Ministério das Cidades para o Município de Coribe - Bahia, considerando tratar-se de certame licitatório realizado sob a égide da nova Lei de Licitações e Contratos n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

5.3. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotações orçamentárias, previstas no orçamento do Município para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

02.05.00 - Secretaria Municipal de Infraestrutura

1121 - Pavimentação e Drenagem de Logradouros

4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações

1701 - Outras Transf.de Conv. ou Instr. Congêneres dos Estados

1500 - Recursos Próprios

5.4. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

6. DO CREDENCIAMENTO

6.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência Pública, em sua forma eletrônica, além dos documentos exigidos neste instrumento convocatório.

6.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

6.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta Concorrência Pública.

6.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1. Poderão participar desta Concorrência Pública os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

7.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

7.2.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar desta Concorrência Pública deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.2.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para o acesso ao Sistema ou com uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.2.3. Em relação ao **Lote 01** por ser o único do certame, a participação não é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, considerando que o valor ultrapassa o valor limite disposto em lei.

7.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

7.4. Não poderão disputar esta licitação:

7.4.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.4.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

7.4.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

7.4.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.4.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



7.4.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.4.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

7.4.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

7.4.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, conforme justificativa técnica expressamente constante da fase preparatória do processo administrativo;

7.4.10. instituições sem fins lucrativos e cooperativas, considerando o disposto no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 2017, por demandar relação de subordinação entre cooperativa, cooperados e a Administração Pública; em conformidade com o disposto no art. 2º, caput, e o art. 5º da Lei n.º 12.690, de 19 de julho de 2012; combinado com os arts. 3º, 4º e o 29º da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

7.4.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão n.º 746/2014 - TCU - Plenário), não poderão participar da licitação as pessoas jurídicas cujo ato constitutivo, finalidade institucional ou regime jurídico sejam incompatíveis com a execução do objeto;

7.4.12. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.4.13. não é admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos artigos 5º a 7º da Lei n.º 9.637/1998; as instituições sem fins lucrativos e as sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 5, de 2017;

7.5. O impedimento de que trata a Cláusula 7.4.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

7.6. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem nas Cláusulas 7.4.2 e 7.4.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

7.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

7.8. O disposto nas Cláusulas 7.4.2 e 7.4.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.



7.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

7.10. A vedação de que trata a Clausula 7.4.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

7.11. É vedada a qualquer pessoa física ou jurídica, a representação de mais de 01 (uma) empresa na presente licitação.

7.12. Cada empresa apresentará 01 (uma) só proposta, assim entendido o conjunto composto pela Proposta de Preços e Habilitação, não sendo admitidas propostas alternativas.

7.13. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos documentos a serem anexos no sistema eletrônico, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o valor total do objeto licitado, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

8.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema as condições para fins de participação, para fins de habilitação e para cumprimento à legislação trabalhista, conforme seguem:

8.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.4. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do



tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.4.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

8.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito do licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n.º 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.5. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, a pessoa jurídica:

8.5.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

8.5.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

8.5.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

8.5.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar n.º 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

8.5.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

8.5.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

8.5.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

8.5.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

8.5.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

8.5.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

8.5.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

8.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto n.º 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU n.º 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021.



8.7. A falsidade da declaração de que trata a Clausula 8.3, 8.4 e 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e neste Edital.

8.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese da fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

8.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

8.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma da Clausula 8.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9. DA VISTORIA

9.1. Será exigido que a licitante realize vistoria no local onde serão executadas as obras de pavimentação em paralelepípedo. No entanto, caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida na Clausula 13.4.5.2 por declaração de vistoria formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.



10. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

10.1. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

10.2. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

10.3. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

10.3.1. Considerando tratar-se de serviços, não cabe a apresentação de marca, fabricante ou desenvolvedora dos serviços que estão sendo licitados, pois serão advindos da própria prestadora de serviços.

10.3.2. Caso alguma informação sobre serviços do item ou lote seja lançado no Sistema ComprasNet, seja de marca, modelo, forma, nomes, fabricação, desenvolvimento, exclusividade, propriedade, desenho, criação ou desenvolvimento próprios ou de terceiros, recomenda-se a utilização de asteriscos (*****) ou elemento qualquer, nas partes que convir, com vistas a preservar o sigilo das propostas no preenchimento no sistema eletrônico que possam identificar a construtora, considerando que os dados digitados no sistema não possuem sigilo temporário ou mesmo permanente.

10.3.3. A identificação dos dados digitados no Sistema ComprasNet, não devem se confundir com os documentos anexados no sistema, tais como: proposta inicial em papel timbrado e demais documentos de habilitação que obviamente devem identificar a empresa licitante;

10.4. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.4.1. Valor unitário e total de cada lote;

10.4.2. Descrição detalhada do objeto do serviço proposto, contendo as informações similares ou em atendimento as especificações mínimas à especificação do Projeto Básico.

10.4.3. Demais dados que estejam disponíveis para preenchimento pela empresa licitante, e sejam pertinentes ao certame licitatório em tela.

10.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

10.5.1. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

10.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, transportes, pessoal, insumos, materiais, equipamentos de EPIs, equipamentos, veículos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

10.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

10.8.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios da



Bahia ou do Tribunal de Contas da União - TCU e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

10.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.10. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

10.10.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição - EFD-Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

10.11. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.12. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, quando lhes for legalmente cabível.

10.13. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer pessoal, materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.13.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.13.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, estaduais ou municipais quando participarem de licitações públicas, quando houver, para os serviços licitados;

10.13.3. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico;

10.13.4. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Município de Coribe e, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia ou do Tribunal de Contas da União - TCU, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.



10.14. A proposta de preços ou os lances subsequentes ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, conforme disposto neste instrumento convocatório.

10.15. Todas as empresas licitantes deverão encaminhar pelo Sistema ComprasNet a Comissão de Contratação, Anexo a Proposta de Preços, o envio dos documentos abaixo relacionados:

10.15.1. PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, em parcelas, contendo valores e percentuais, ficando reservado ao Município de Coribe o direito de proceder às alterações que julgar convenientes no decorrer da execução da obra.

10.15.1.1. A inclusão de todos os custos relacionados com a completa e perfeita execução do objeto da licitação, tais como: mão de obra (salários, alimentação, exames, transporte, EPI's, exigências sindicais), materiais, ferramentas, equipamentos, serviços, fretes, despesas de transporte, carga, descarga, bota-fora, armazenagem, segurança do trabalho, vigilância, logística, gerenciamento, acesso, canteiro de obras, despesas junto a concessionárias públicas (água, esgoto, energia, etc.) garantias, encargos financeiros, riscos, encargos sociais, tributos, taxas, todas as despesas diretas, BDI e quaisquer outras necessárias à total execução do contrato desta licitação, constituindo-se, portanto, na única remuneração devida, para composição do valor global proposto, bem como para composição do valor de cada um dos preços unitários, sem que caiba, em qualquer caso, qualquer tipo de pleito ao Contratante com a alegação de que alguma parcela do custo foi omitida.

10.15.1.2. Todos os dados informados pelo licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

10.15.1.3. Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão "verba" ou de unidades genéricas.

10.15.2. COMPOSIÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS, dos serviços constantes da planilha orçamentária a ser gerada pelo Município de Coribe, conforme previsto no item anterior, detalhando todos os materiais empregados, equipamentos e mão de obra com seus respectivos índices, e contendo os encargos sociais e complementares e o BDI utilizados;

10.15.2.1. Planilha de composição de preços unitários, impressa em formulário próprio, ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras;

10.15.2.2. A licitante deverá apresentar planilhas de composição de preços unitários em conformidade com as planilhas orçamentárias;

10.15.2.3. Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços.

10.15.2.4. A licitante deverá na composição de preços unitários de mão-de-obra observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de



trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;

10.15.2.5. No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Orçamentação de Obras será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das Planilhas de Orçamentação de Obra - Planilha de Preços, devendo estar devidamente assinadas pelas respectivas empresas;

10.15.3. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, em conformidade com as etapas, prazos, e o cronograma de desembolso máximo por período constante e demais aspectos fixados pela Administração no Projeto Básico, ajustado à proposta apresentada, conforme Anexo I, ficando reservado ao Município de Coribe o direito de proceder às alterações que julgar convenientes no decorrer da execução da obra.

10.15.4. COMPOSIÇÃO DETALHADA DOS ENCARGOS SOCIAIS utilizados nas composições de preços unitários;

10.15.4.1. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae, etc.), conforme dispõe o art. 13, §3º, da referida Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações.

10.15.5. COMPOSIÇÃO DETALHADA DO BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual, conforme Anexo I, utilizados nas composições de preços unitários:

10.15.5.1. O percentual atribuído para encargos sociais que incidem sobre a mão de obra não poderá ser superior a 115,57% para horista e 71,29% para mensalista - (não desonerado) e deverá incluir as despesas com férias, 13º salário, rescisão contratual de funcionários, aviso prévio, descanso semanal remunerado, hora extra eventual, seguro, licenças remuneradas e todos os demais direitos e obrigações trabalhistas vigentes na legislação.

10.15.5.2. Composição detalhada do BDI (Não Desonerado), utilizado nas composições de preços unitários, em estrita obediência ao modelo obrigatório, fornecido no Anexo, alterações deverão serem justificadas em notas por força de Lei ou Norma, para a exclusão ou substituição de item

10.15.5.2.1. O percentual adotado para o BDI não poderá ser superior a 24,03% (vinte e quatro vírgula zero três por cento).

10.15.5.3. As empresas licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar n.º 123/2006, anexado com um relatório do PGDAS, ou outro



documento do Simples Nacional que demonstre os percentuais que foram aplicados no BDI, ou Declaração do Contador da empresa com os percentuais vigentes ora aplicados nas planilhas.

10.15.5.4. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispõem o art. 13, §3º, da referida Lei Complementar n.º 123/2006.

10.15.5.5. Será utilizada a taxa de BDI do orçamento base da licitação nos casos de aditivos contratuais incluindo novos serviços, sempre que a taxa de BDI adotada pela contratada for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado, em atendimento ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.

10.15.6. GARANTIA DE PROPOSTA OU DE PARTICIPAÇÃO de manutenção da proposta no valor de R\$ 4.184,23 (quatro mil, cento e oitenta e quatro reais e vinte e três centavos), correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, em conformidade com o disposto no art. 58, §1º da Lei n.º 14.133/2021.

10.15.6.1. A garantia de manutenção da proposta, quando não recolhida em moeda corrente nacional, mas, em qualquer outra das modalidades previstas a seguir, terá o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contado da data de entrega dos Documentos de Habilitação e Propostas Comerciais, cabe ao licitante optar por uma das seguintes modalidades:

10.15.6.1.1. Caução em Dinheiro deverá ser recolhido a conta bancária da Prefeitura Municipal de Coribe, Banco do Brasil, Agência n.º 0569-X e Conta Corrente n.º 41.428-X;

10.15.6.1.2. Títulos da Dívida Pública, devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

10.15.6.1.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

10.15.6.1.4. Seguro-garantia; ou

10.15.6.1.5. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

10.15.6.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

10.15.6.3. Implicará a execução do valor integral da garantia de proposta a recusa injustificada em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.



11. DA ABERTURA DA SESSÃO, PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

11.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre a Comissão de Contratação e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.3. A Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

11.4. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência Pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

11.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Comissão de Contratação e os licitantes.

11.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.7. O lance deverá ser ofertado pelo **menor valor global**.

11.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.10. O **intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de no mínimo R\$ 1.000,00 (um mil) reais do valor global do grupo**.

11.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

11.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

11.13. A fase de lances desta Concorrência Pública será processada pelo modo de disputa “**aberto**”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações:

11.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.



11.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

11.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Comissão de Contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

11.13.5. Após o reinício previsto na cláusula supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

11.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

11.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.17. No caso de desconexão com a Comissão de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Pública, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a Comissão de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Comissão de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

11.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538, de 2015.

11.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), por se tratar de uma concorrência, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

11.20.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes



microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), por se tratar de uma concorrência, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.20.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

11.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.22. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021, nesta ordem:

11.22.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

11.22.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

11.22.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

11.22.4. declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

11.23. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

11.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

11.23.2. Empresas brasileiras;

11.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11.24. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



11.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, a Comissão de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

11.25.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

11.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

11.25.4. A Comissão de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta com a composição dos preços unitários adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada.

11.25.5. Não é facultado a Comissão de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, considerando que o prazo normalmente estabelecido de 02 (duas) horas, já foi dilatado para 24 (vinte e quatro) horas, portanto, não cabe a solicitação feita no chat pelo licitante, mesmo que antes de findo o prazo.

11.26. Após a negociação do preço, a Comissão de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA - JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de negociação, a Comissão de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata e na Clausula 7.4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros, caso ainda não estejam inclusas na documentação:

12.1.1. Situação ao SICAF;

12.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - CNPJ no sítio do Tribunal de Contas da União, no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, e diretamente nos sítios oficiais para consulta do CPF do sócio majoritário da licitante, conforme segue:

12.1.2.1. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>

12.1.2.2. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU



https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3::NO:3,4,6::&cs=3M32Ve364Mqz24Puqddt-ZYhou1I2oGhiDuuBr4BEQBMLJT7ca_O5-0CAzI-cNvBo934a8k2zOiWbPmNtGK2VfA

12.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n.º 8.429, de 1992.

12.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN n.º 3/2018, art. 29, caput).

12.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN n.º 3/2018, art. 29, §1º).

12.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN n.º 3/2018, art. 29, §2º).

12.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

12.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a Comissão de Contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as Cláusulas 7.2.3 e 8.4 deste edital.

12.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

12.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

12.7.1. conter vícios insanáveis;

12.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico;

12.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

12.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

12.7.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência

12.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

12.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

12.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da Comissão de Contratação, que comprove:

12.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e



12.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

12.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

12.9.1. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

12.9.2. No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

12.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

12.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

12.11.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

12.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

12.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

13. DA FASE DE HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos previstos neste instrumento convocatório, são necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021,



estando especificamente relacionados nas Cláusulas abaixo, com vistas a habilitação no presente certame licitatório.

13.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, **não poderá** ser substituída parcialmente ou totalmente pelo registro cadastral no SICAF.

13.2. Os licitantes classificados em primeiro lugar no grupo único, mesmo que estejam devidamente cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MP n.º 3, de 2018, **deverão encaminhar a documentação**, no mesmo prazo e condições dispostas no edital, os documentos válidos que comprove o atendimento das exigências deste Edital, **sob pena de inabilitação**, conforme as cláusulas seguintes:

13.3. Os licitantes mesmo que estejam com o Cadastro no SICAF com todas as comprovações vigentes é **imprescindível e indispensável** por necessidade do Município de Coribe e obrigatório escaneamento e envio ao Sistema SIGA do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia - TCM/BA, portanto, faz-se **necessário e obrigatório**, o envio dos documentos abaixo relacionados, que consistem:

13.3.1. Habilitação Jurídica;

13.3.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

13.3.3. Qualificação Econômica Financeira;

13.3.4. Qualificação Técnica; e

13.3.5. Documentos Complementares.

13.4. As empresas licitantes mais bem classificadas em cada um dos itens, deverão encaminhar pelo Sistema ComprasNet conforme solicitado pela Comissão de Contratação, em conformidade com o disposto no art. 63, inciso II, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, as cópias dos seguintes documentos:

13.4.1. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA, para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

13.4.1.1. Do representante legal sócio administrador e/ou titular da empresa: Cédula de identidade (RG); e Cédula de identidade (RG) do procurador com procuração devidamente autenticada ou assinada eletronicamente com verificação de autenticidade.

13.4.1.2. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.4.1.3. Em se tratando de MEI - Microempreendedor Individual: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM n.º 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

13.4.1.4. No caso de Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.



13.4.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

13.4.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

13.4.1.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.4.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.4.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA, para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

13.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

13.4.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.4.2.3. Prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional por meio da apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.4.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual por meio da apresentação de Certidão Negativa ou Positiva, com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria Estadual da Fazenda do domicílio tributário da licitante.

13.4.2.4.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.4.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal por meio da apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, relativa aos tributos municipais, expedida pela Secretaria Municipal sede da licitante.



13.4.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço por meio da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.

13.4.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa - CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º. de maio de 1943 (www.tst.jus.br/certidao).

13.4.2.8. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

13.4.2.9. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

13.4.3. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

13.4.3.1. Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 30 (trinta) dias contados da data da sua apresentação, conformidade com a Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

13.4.3.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

13.4.2.4.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

13.4.2.4.3. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado / Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;

13.4.2.4.4. No presente instrumento convocatório os Balanços Patrimoniais exigíveis em conformidade com art. 1.078, inciso I do Código Civil, tendo a data limite da exigibilidade dos exercícios financeiros anteriores até o dia 30 de abril do ano subsequente, e assim



cabe as empresas licitantes apresentarem os **Balanços Patrimoniais dos Exercícios de 2024 e 2025**.

13.4.2.4.5. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

13.4.2.4.5.1. A previsão do subitem acima decorre da disposição do Acórdão TCU n.º 484-12-2007 - Plenário. Sobre a diferenciação entre Balanço Intermediário e Balanço Provisório, referido acórdão esclarece que: *“Por outro lado, não se confunde balanço provisório com balanço intermediário. Aquele consiste em uma avaliação precária, cujo conteúdo não é definitivo. O balanço provisório admite retificação ampla posterior e corresponde a um documento sem maiores efeitos jurídicos. Já o balanço intermediário consiste em documento definitivo, cujo conteúdo retrata a situação empresarial no curso do exercício. A figura do balanço intermediário deverá estar prevista no estatuto ou decorrer de lei.”*

13.4.2.4.6. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, Notas Explicativas e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial.

13.4.2.4.6.1. A apresentação das cópias do Livro Diário registrado ou autenticado na Junta Comercial ou o Balanço chancelado ou cópia autenticada deste, poderá ser solicitada pela Comissão de Contratação do licitante vencedor do certame, caso julgue necessário.

13.4.3.3. Declaração de Atendimento aos Índices Econômicos da situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG e Liquidez Corrente - LC, igual ou maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seus balanços patrimoniais, separados por exercício, assinado por profissional habilitado da área contábil, conforme art. 69, §3º, da Lei n.º 14.133/2021:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

13.4.2.4.7. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 01 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG e Liquidez Corrente - LC, deverão comprovar,



considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

13.4.2.4.8. A apresentação do Balanço Patrimonial é obrigatória para os tipos de natureza jurídica das empresas Limitada - Ltda, Empresa de Pequeno Porte - EPP, Microempresa - ME e Microempreendedor Individual - MEI, está última a exigência está consubstanciado no Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU n.º 133/2022.

13.4.2.4.8.1. Para os Microempreendedor Individual não há necessidade de carimbo ou registro na Junta Comercial.

13.4.2.4.9. O balanço patrimonial e os índices econômicos previstos nesta Clausula deverão estarem assinados por profissional habilitado da área contábil, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

13.4.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL, para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

13.4.4.1. Registro ou Inscrição da Empresa Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em plena validade, conforme art. 67. Inciso V, da Lei n.º 14.133/2021.

13.4.4.1.1. *Em se tratando de empresa não ser registrado no CREA/BA ou CAU/BA, deverá apresentar o registro do CREA do estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto ou registro do CREA/BA antes da assinatura do contrato ou a devida entrada no processo.*

13.4.4.2. Registro do Responsável Técnico da Licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em plena validade, conforme art. 67. Inciso I, da Lei n.º 14.133/2021;

13.4.4.2.1. *Em se tratando de responsável técnico não ser registrado no CREA/BA ou CAU/BA, deverá apresentar o registro do CREA do estado de origem, ficando a licitante vencedora obrigada a apresentar o visto ou registro do CREA/BA antes da assinatura do contrato ou a devida entrada no processo.*

13.4.4.3. Declaração Formal de que disporá, conforme modelo anexo ao Edital, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual, conforme art. 67. Inciso III, da Lei n.º 14.133/2021.

13.4.4.4. Comprovação da Capacitação Técnico-Operacional, apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível em



características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior valor significativo da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei n.º 14.133/2021, superiores à 4% (quatro por cento) do valor total da obra, conforme segue:

13.4.4.4.1. Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 8cm, com no mínimo de 340m².

13.4.4.4.2. Fabricação de fôrma para vigas, em chapa de madeira compensada resinada, E = 17mm, com no mínimo 160m².

13.4.4.5. Relação Completa e Nominal dos componentes da equipe técnica de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, indicada para a execução do objeto desta licitação, destacando a indicação de profissional(is) legalmente habilitado(s) perante o CREA ou CAU, como RESPONSÁVEL(is) TÉCNICO(s) por esta obra e serviços do objeto licitado, composta no mínimo pelos profissionais abaixo discriminados e comprovação de seu(s) vínculo(s) contratual(ais) com a licitante na data prevista para entrega da proposta. Esta relação será acompanhada da declaração de cada componente autorizando a sua indicação, firmada com data posterior à publicação do Edital, e da prova de regularidade, com quitação de cada um perante o CREA ou CAU, onde couber:

13.4.4.5.1. 01 (um) Engenheiro ou Arquiteto

13.4.4.5.2. Só poderão ocorrer mudanças de profissionais na equipe indicada, mediante autorização prévia por escrito da Contratante, e desde que o profissional substituto tenha a mesma ou maior qualificação técnica do substituído.

13.4.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL, para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

13.4.5.1. Comprovação da Capacitação Técnico-Profissional, o profissional técnico indicado deverá ter experiência na execução de objeto de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, que comprove as parcelas relevante mediante a comprovação por meio de “atestado” e/ou “certidão” e/ou “declaração”, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT ou o Termo de Responsabilidade Técnica - TRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior valor significativo da contratação, conforme art. 67, §1º da Lei n.º 14.133/2021, superiores à 4% (quatro por cento) do valor total da obra, conforme segue:

13.4.5.1.1. Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco retangular cor natural de 20 x 10 cm, espessura 8cm.



13.4.5.1.2. Fabricação de fôrma para vigas, em chapa de madeira compensada resinada, E = 17mm.

13.4.5.1.3. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins desta licitação:

13.4.5.1.3.1. o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor;

13.4.5.1.3.2. o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;

13.4.5.1.3.3. o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; ou

13.4.5.1.3.4. o prestador de serviços com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, conforme modelo Anexo, caso o licitante se sagre vencedor do certame.

13.4.5.1.4. no decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

13.4.5.1.5. a empresa e o profissional apresentado como responsável técnico, se comprometem pela responsabilidade técnica da execução dos serviços.

13.4.5.2. Atestado de Vistoria do Município ou a Declaração de Vistoria da empresa licitante, sob pena de inabilitação, conforme art. 63, §3º combinado com o §2º da Lei n.º 14.133/2021, que vistoriou os locais da execução dos serviços objeto deste instrumento convocatório:

13.4.5.2.1. Em conformidade com o art. 63, §4º, da Lei n.º 14.133/2021, a empresa licitante poderá optar por realizar vistoria prévia, a mesma será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda-feira à sexta-feira, das 08hs00min às 12hs00min horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (77) 3480.2130, ou na Secretaria Municipal de Infraestrutura ou no e-mail: *coribe.licitacao@gmail.com*, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

13.4.5.2.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir pela declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo anexo;



13.4.5.2.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura dos envelopes.

13.4.5.2.4. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais que venham a ser estabelecidos.

13.4.5.2.5. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

13.4.5.2.6. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

13.4.5.2.6.1. Os custos de visita aos locais das obras e serviços correrão por exclusiva conta da empresa licitante.

13.4.6. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

13.4.6.1. Declaração de Proposta Econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação, conforme art. 63, §1º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, e declarar as dispostas próprias no Sistema Comprasnet.

13.4.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados fisicamente ao **Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Coribe, situado na Rua Bandeirantes, 285, Centro, Coribe, Bahia, CEP 47.690-000**, ou por e-mail: coribe.licitacao@gmail.com, quando tratar-se de cópias autenticadas eletronicamente.

13.4.7.1. Quando for solicitado o envio de qualquer documento quando não originais ou não autenticados digitalmente, a empresa terá o prazo de 03 (três) dias úteis para comprovar a postagem, apresentando o Código de Postagem dos Correios ou da Transportadora, por intermédio do e-mail: coribe.licitacao@gmail.com.



13.5. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

13.5.1. Na hipótese do licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n.º 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

13.6. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

13.6.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 25%, para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

13.7. Os **documentos exigidos para fins de habilitação** poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor municipal, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.

13.7.1. A aceitação da documentação por cópia simples de documento público ou particular ficará condicionada à apresentação do original à Comissão de Contratação, para a devida autenticação ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.7.2. Os documentos expedidos via Internet e, inclusive, aqueles outros apresentados terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da Comissão de Contratação.

13.7.3. A Comissão de Contratação não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será considerada inabilitada.

13.7.4. Inexistindo prazo de validade nas Certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 30 (trinta) dias da data final para a entrega dos envelopes.

13.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma do disposto no art. 63, I, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

13.10. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais,



nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

13.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir, conforme a Instrução Normativa n.º 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º.

13.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, em consonância com a Instrução Normativa n.º 3/2018, art. 7º, caput.

13.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, de acordo com a Instrução Normativa n.º 3/2018, art. 7º, parágrafo único.

13.13. A verificação pela Comissão de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.13.1. A Comissão de Contratação não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida, e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente será considerada inabilitada.

13.13.2. Os documentos exigidos para habilitação, mesmo que estejam contemplados no Sicaf, e mesmo que estejam previstos, ainda assim deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da Comissão de Contratação.

13.13.2.1. A prorrogação de prazo para envio de documentos, apenas poderá ser concedido, sendo solicitado antes do fim do prazo inicialmente concedido, por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pela Comissão de Contratação.

13.13.3. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES n.º 73, de 30 de setembro de 2022.

13.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

13.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

13.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



13.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, encerrado o prazo para envio da documentação de habilitação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada da Comissão de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (duas) horas, em conformidade com o Parecer n.º 2/2025/CNLCA/DECOR/CGU/AGU e o Acórdão n.º 1.414/2023 - Plenário do Tribunal de Contas da União - TCU, para:

13.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame; e

13.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

13.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante; ou,

13.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública

13.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

13.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a Comissão de Contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

13.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

13.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

13.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

14. DO CHAT - INTERAÇÕES DA COMISSÃO COM AS LICITANTES

14.1. É de inteira responsabilidade do representante da empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, sessão de lances, aceitabilidade das propostas, análise de documentos de habilitação, e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema, por sua desconexão ou por respostas - *feedbacks* quando for diretamente questionado pela Comissão de Contratação por qualquer motivo, e não houver qualquer resposta no **prazo máximo de 20 (vinte) minutos**.



14.2. Serão considerados abandonos da sessão quando houver solicitações por parte da Comissão de Contratação de documentos das licitantes que esteja classificados em primeiro lugar, ou que tornar-se o primeiro classificado, com a **ausência injustificada** dos documentos ou de atendimento a comunicações, **desde que regularmente publicadas/comunicadas, poderá ser caracterizada como infração**, ou quaisquer outras demandas que se fizerem necessários, e não houver respostas por parte da empresa licitante **no prazo máximo de 20 (vinte) minutos**, contados após o envio dos questionamentos. A administração observará os princípios da **isonomia, publicidade e vinculação ao instrumento convocatório** na condução das sessões.

14.3. O prazo para o envio de documentos será no **prazo máximo de 02 (duas) horas para envio de documentos e 24 (vinte e quatro) horas para envio de propostas realinhadas**, a partir do dia e hora da solicitação da Comissão de Contratação.

14.4. Tendo sido estabelecido os prazos máximos de envio, à não observância em qualquer dos tempos determinados será considerando em ambas as situações que houver abandono em decorrência da perda de negócios pela inobservância de mensagens emitidas ou não observância aos prazos estabelecidos, em conformidade com a art. 29, §2º combinado com o art. 13, inciso IV da Instrução Normativa - Seges / ME n.º 073/2022.

15. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. A proposta final do licitante classificado em primeiro lugar deverá ser encaminhada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação da Comissão de Contratação no sistema eletrônico do Comprasnet.

15.2. Quando a Comissão de Contratação por intermédio da Comissão de Contratação, **solicitar a Proposta de Preços realinhada das empresas classificadas provisoriamente em primeiro lugar, a(s) empresa(s) deve(m) enviar apenas a “Proposta de Preços”**, este momento processual é tão somente de análise de proposta de preços, sendo assim, não cabe enviar “Documentos de Habilitação”, este procedimento equivocado trata-se de um ato prematuro e intempestivo. Sendo assim, a **Comissão de Contratação não irá considerar nenhum documento** que seja enviado juntamente com a Proposta de Preços em respeito aos atos processuais, a lei de licitações e o próprio instrumento convocatório.

15.3. O prazo de 02 (duas) horas para a Proposta Realinhada foi considerado exíguo, portanto, foi atribuído o **prazo de 24 (vinte e quatro) horas para o envio da proposta realinhada** assim determinado por ser suficiente para a sua confecção, sendo natural que ao realizar lances o licitante tenha a sua composição perfeitamente pronta e atualizada.

15.3.1. Considerando os relevantes interesses públicos na conclusão em cada processo licitatório, o interstício de 24 (vinte e quatro) horas acima determinado, não haverá dilatação do prazo, ou sua recomposição ou mesmo reestabelecimento, assim como ocorre nos 20 (vinte) minutos e nas 02 (duas) horas das cláusulas anteriores, neste caso, não será observado qualquer prazo que extrapole o encerramento de expedientes, dias ou horários não úteis, por tratar-se de um procedimento de finalização de certame, onde cabe primordialmente e obviamente o interesse da empresa licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar.

15.3.2. O prazo poderá ser **prorrogado, uma única vez, por metade do período**, 12 (doze horas), desde que a solicitação seja apresentada, com justificativa plausível, que poderá ser aceita ou não, antes do seu término e a justificativa seja aceita pela Comissão de Contratação, e dentro dos dias e horários de expediente municipal.



15.4. A proposta realinhada do licitante classificado em primeiro lugar, deve ser confeccionada com as seguintes informações:

15.4.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, ou ter a assinatura digital.

15.4.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

15.4.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

15.4.3.1. Todas as especificações e metodologias do objeto contidas na proposta, tais como: marca, modelo, tipo, distribuidor, fabricante, garantia, etc., vinculam a Contratada.

15.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso conforme inciso III, art. 12º da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

15.5.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

15.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

15.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

15.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

16. DO TERMO DE CONTRATO

16.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

16.2. O adjudicatário terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 03 (três) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico por e-mail da empresa, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.



16.4. Os prazos das Cláusulas 16.2 e 16.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.5. O prazo máximo para a execução dos serviços, objeto do presente Edital será de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do 2º (segundo) dia útil após o recebimento da “Ordem de Serviço”, expedida pela Contratante.

16.6. O Contrato vigorará a partir da assinatura e acompanhará a vigência até o prazo final da Ordem de Serviço, em perfeita obediência ao Cronograma Físico-Financeiro anexo do Projeto Básico.

16.7. As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

16.7.1. Decorrido o prazo consignado na cláusula imediatamente anterior 16.7.1, sem que tenha havido convocação para assinatura do termo de contrato ou retirada do instrumento equivalente, as licitantes ficarão liberadas de quaisquer compromissos assumidos, conforme art. 90, §3º, e art. 155, VI, da Lei n.º 14.133/2021.

16.8. O prazo de execução das obras e/ou serviços poderá ser prorrogado ou alterado nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

16.9. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o **Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin** e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

16.9.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação, considerando o disposto no art. 6º-A, da Lei n.º 10.522, de 19 de julho de 2002.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

17.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

17.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

17.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

17.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

17.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Coribe, situada na Rua Bandeirantes, 285, Centro, Coribe, Bahia, CEP 47.690-000, ou solicitadas no e-mail: coribe.licitacao@gmail.com, ou no sítio eletrônico: <https://www.coribe.ba.gov.br>.

18. DA AMOSTRA

18.1. Não haverá exigência de amostras para a contratação objeto do presente certame licitatório, apenas será imprescindível que a empresa apresente os materiais nos traços, nos moldes, nos tamanhos e nas resistências exigidas pelo Projeto Básico, os quais serão devidamente fiscalizados.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1. A sessão pública poderá ser reaberta, voltando a fase com vistas a ata complementar:

19.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC n.º 123/2006.

19.1.3. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reabertura.

19.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico “chat” ou por e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19.2.2. A convocação feita por chat do sistema ComprasNet ou por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos nos documentos da empresa licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.



19.3. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, conforme §3º, art. 90, da Lei n.º 14.133/2021.

19.4. Em conformidade com o §4º, art. 90, da Lei n.º 14.133/2021, na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do §2º do mesmo artigo, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

19.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou,

19.4.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Comissão de Contratação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

20.3. O objeto desta Concorrência Pública será adjudicado **por grupo** à cada licitante vencedora.

20.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Contratação durante o certame;

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

21.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

21.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

21.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

21.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



21.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

21.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

21.1.6. fraudar a licitação;

21.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

21.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

21.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. advertência;

21.2.2. multa;

21.2.3. impedimento de licitar e contratar e

21.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

21.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

21.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; ou,

21.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

21.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A multa será recolhida no prazo de incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

21.4.1. Para as infrações previstas nas Clausulas 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

21.4.2. Para as infrações previstas nas Clausulas 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

21.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

21.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.



21.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas Clausulas 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas Clausulas 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7, 21.1.8 e 21.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

21.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na Clausula 21.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

21.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.11.1. A cláusula imediatamente acima, não se aplica às multas de aplicabilidade imediata, considerando a previsão editalícia, e a basilar ação de licitante que pode ser plenamente evitada por ato de responsabilidade prévia.

21.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

21.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

22.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei n.º 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

22.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma pessoal, sendo protocolado na sede **Prefeitura Municipal de Coribe, situado na Rua Bandeirantes, 285, Centro, Coribe, Bahia, CEP 47.690-000**, nos dias úteis, no horário das 08hs00min horas às 12hs00min horas, ou na forma eletrônica pelo seguinte e-mail: *coribe.licitacao@gmail.com*.

22.3.1. No campo Assunto do e-mail, realizar referência a Concorrência Pública n.º 004/2026 - Termos de Impugnação ao Edital ou Pedido de Esclarecimento, com vistas a identificação imediata.

22.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

22.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

22.5. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

22.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela Comissão de Contratação, nos autos do processo de licitação.

22.6. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

22.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pela Comissão de Contratação serão entranhados nos autos do processo licitatório, e serão disponibilizados no Sistema ComprasNet e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico do ComprasNet.

23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Comissão de Contratação.

23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

23.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



23.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

23.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

23.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

23.8. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP / Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200/2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

23.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

23.10. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br - Código UASG 926.606 e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço na **Prefeitura Municipal de Coribe, situado na Rua Bandeirantes, 285, Centro, Coribe, Bahia, CEP 47.690-000**, nos dias úteis, no horário das 08hs00min horas às 12hs00min horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23.11. Esta Concorrência Pública poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da Prefeitura Municipal de Coribe - Bahia, sem prejuízo do disposto no art. 55, inciso I, alínea A, da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

24. DOS ANEXOS

24.1. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- Anexo I - Projeto Básico;
- Anexo II - Modelo de Proposta de Preços Escrita;
- Anexo III - Modelo de Declaração de Vistoria;
- Anexo IV - Modelo de Declarações Reunidas;
- Anexo V - Modelo de Declaração Elaboração Independente de Proposta;
- Anexo VI - Modelo de Declaração Microempresa ou Empresa Pequeno Porte;
- Anexo VII - Modelo de Procuração para Prática de Atos no Certame;
- Anexo VIII - Modelo de Declaração de Aparelhamento e Pessoal Técnico
- Anexo IX - Modelo de Declaração Compromisso de Vinculação Contratual Futura;
- Anexo X - Minuta de Termo de Contrato; e,
- Anexo XI - Folha de Dados para Elaboração do Contrato.



25. DO FORO

25.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Coribe - Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Coribe - Bahia, 05 de maio de 2026.

Murillo Ferreira Viana
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Coribe



ANEXO I

PROJETO BÁSICO / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / PLANTAS

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação do acesso à Praça do Mirante na sede, advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia.

PROJETO BÁSICO



CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA DE PAVIMENTAÇÃO DO ACESSO À PRAÇA DO MIRANTE NA SEDE, ADVINDO DE CONTRATO DE REPASSE ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MUNICÍPIO DE CORIBE - BAHIA.

ÍNDICE - PROJETO

- ✓ Memorial Descritivo e Especificações Técnicas
- ✓ Topografia
- ✓ Memória de Cálculos
- ✓ Planilha Orçamentária Sintética
- ✓ Planilha de Composição de Preço Unitário
- ✓ Cronograma Físico-Financeiro
- ✓ Plantas Cortes
- ✓ Layout Pavimentação
- ✓ Contenção
- ✓ Planilha do BDI



MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: PRIMEIRA ETAPA – PAVIMENTAÇÃO DA ÁREA DO CRISTO REDENTOR

Município: Coribe

1. INTRODUÇÃO

O presente Memorial Descritivo refere-se à **primeira etapa da obra de implantação do Monumento do Cristo Redentor**, a ser executada no município de Coribe – BA.

Esta etapa contempla exclusivamente os **serviços de infraestrutura urbana**, consistindo na **pavimentação da área de acesso de veículos** e na **implantação da praça do mirante**, local onde será edificado o Monumento do Cristo Redentor em **etapa posterior**.

Os serviços descritos neste documento têm como objetivo garantir condições adequadas de **acessibilidade, circulação, segurança, estabilidade do terreno e ordenamento urbano**, preparando o espaço para a futura implantação do monumento, sem interferir estruturalmente na obra da escultura propriamente dita.

2. SERVIÇOS PRELIMINARES

2.1 Placa de Obra

Será executada a instalação de placa de obra em chapa de aço galvanizado, conforme padrão institucional, contendo informações do empreendimento, responsáveis técnicos, contratante e dados legais exigidos. A placa será instalada em local visível, de fácil acesso ao público e protegida contra danos.

2.2 Locação de Pontos de Referência Topográfica

Será realizada a locação de pontos topográficos de referência, garantindo o correto posicionamento altimétrico e planimétrico dos serviços de pavimentação, contenções e demais elementos implantados nesta etapa.

2.3 Barracão de Obra

Será implantado barracão provisório para apoio às atividades de obra, destinado a alojamento e escritório, contendo piso em madeira, paredes em compensado, cobertura em telha de fibrocimento, instalações elétricas e esquadrias, conforme especificação. A estrutura será reaproveitável, atendendo às normas de segurança e conforto.



3. ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA OBRA

A administração local compreenderá a disponibilização de equipe técnica mínima necessária ao acompanhamento e execução dos serviços, incluindo:

- Engenheiro Civil responsável técnico pela obra, encarregado do controle tecnológico, medições, orientações técnicas e fiscalização dos serviços executados;
- Mestre de Obras, responsável pelo acompanhamento diário, organização das frentes de trabalho, controle da mão de obra e cumprimento das orientações técnicas e de segurança.

4. PAVIMENTAÇÃO E URBANIZAÇÃO

4.1 Desmatamento e Limpeza da Área

Será realizado o desmatamento e limpeza mecanizada do terreno, incluindo a remoção de vegetação rasteira, arbustos e árvores de pequeno porte, bem como a destinação ambientalmente adequada do material removido.

4.2 Escavação e Movimentação de Terra

Será executada escavação horizontal em solo de segunda categoria, incluindo escarificação e conformação do terreno, utilizando trator de esteiras, garantindo as cotas previstas em projeto e a preparação adequada do subleito.

4.3 Regularização de Superfícies

Após a movimentação de terra, será realizada a regularização das superfícies com motoniveladora, assegurando níveis, caimentos e conformação adequados para o recebimento das camadas de pavimentação.

4.4 Execução de Passeios em Piso Intertravado – Bloco 6 cm

Nos trechos destinados à circulação de pedestres, será executado piso intertravado com blocos retangulares de concreto, cor natural, dimensões 20 x 10 cm e espessura de 6 cm, assentados sobre base devidamente preparada, com rejuntamento em areia fina.

4.5 Execução de Pavimento em Piso Intertravado – Bloco 8 cm

Nas áreas destinadas ao tráfego de veículos, será executado pavimento em piso intertravado com blocos retangulares de concreto, cor natural, dimensões 20 x 10



cm e espessura de 8 cm, garantindo maior resistência estrutural às cargas solicitantes.

4.6 Execução de Piso em Concreto Moldado in Loco

Em áreas específicas da praça do mirante, será executado piso de concreto moldado no local, com concreto usinado classe C20, acabamento convencional, não armado, respeitando espessuras, juntas de dilatação e cura adequada.

4.7 Assentamento de Guias (Meio-fio)

Serão assentadas guias de concreto pré-fabricadas, em duas tipologias distintas, conforme projeto, garantindo o confinamento do pavimento, organização dos fluxos e acabamento urbano da praça e vias de acesso.

5. CONTENÇÃO E GUARDA-CORPO

5.1 Escavações para Elementos de CONTENÇÃO

Serão executadas escavações manuais de valas para implantação de fundações dos muros de contenção e elementos estruturais associados.

5.2 Lastro de Concreto Magro

Será executado lastro de concreto magro com espessura mínima de 5 cm, proporcionando base regular e limpa para execução de blocos e elementos estruturais.

5.3 Estruturas em Concreto Armado

Serão executados elementos estruturais em concreto armado, incluindo:

- Fabricação e montagem de formas em chapa de madeira compensada resinada;
- Corte, dobra e posicionamento de armaduras em aço CA-50 e CA-60;
- Lançamento de concreto estrutural com resistência característica de 25 MPa, adensado mecanicamente e curado conforme normas técnicas.

5.4 Execução de Guarda-Corpo

Será executado guarda-corpo em concreto ao longo dos trechos de mirante, garantindo segurança aos usuários, resistência estrutural e integração estética com o conjunto da obra.

5.5 Sistema de Drenagem em Muros de CONTENÇÃO

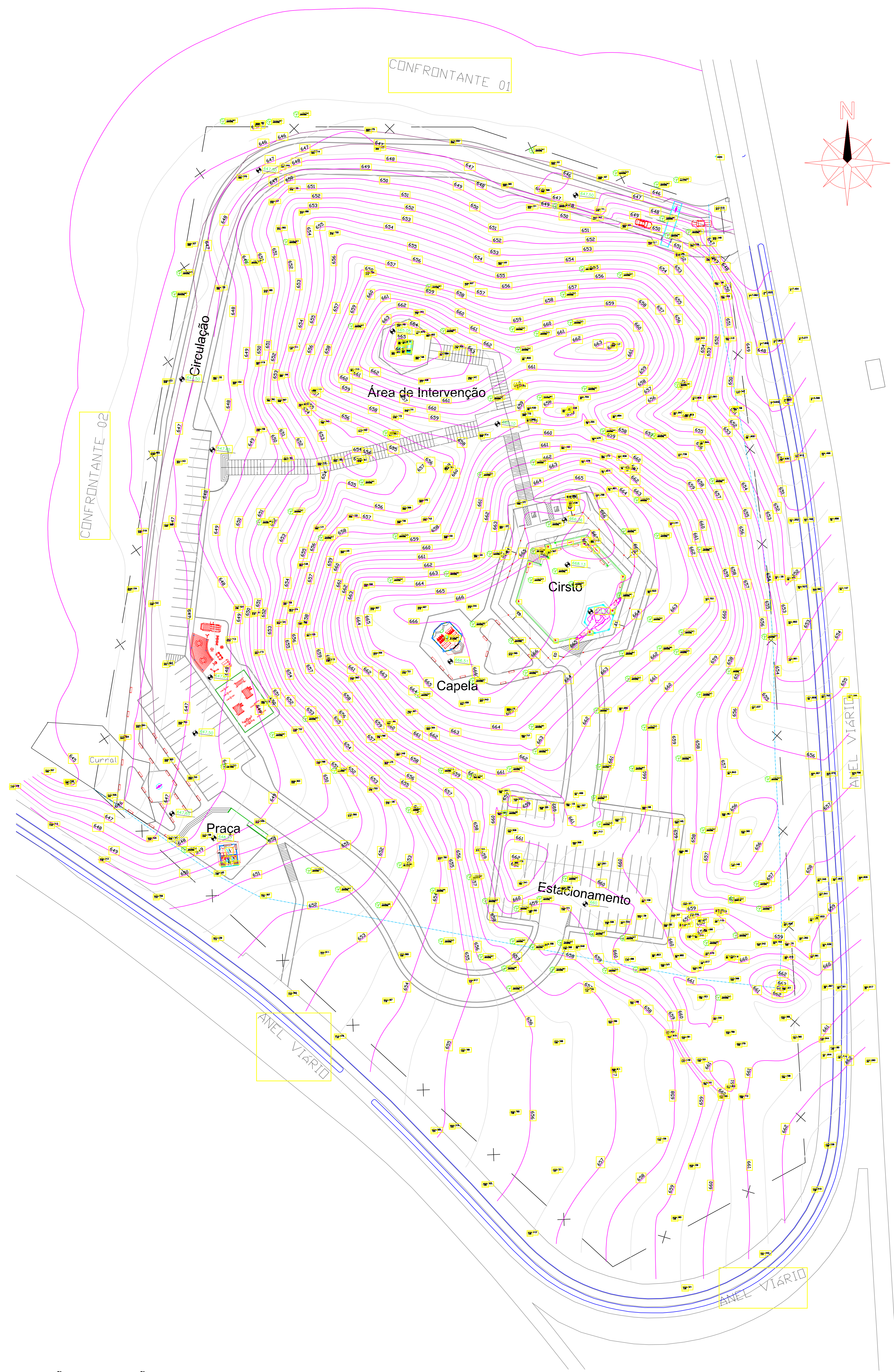


Será implantado sistema de drenagem no pé dos muros de contenção, composto por tubo de PEAD corrugado perfurado, envolto em brita e manta geotêxtil, com o objetivo de aliviar pressões hidrostáticas e garantir a durabilidade da estrutura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os serviços descritos neste Memorial Descritivo deverão ser executados conforme os projetos, especificações técnicas, normas da ABNT, manuais do SINAPI, SICRO e demais referências técnicas adotadas, respeitando as condições de segurança do trabalho, meio ambiente e qualidade construtiva.

Esta primeira etapa constitui a **infraestrutura essencial** para a implantação futura do **Monumento do Cristo Redentor**, assegurando funcionalidade, segurança e valorização urbana do espaço público.

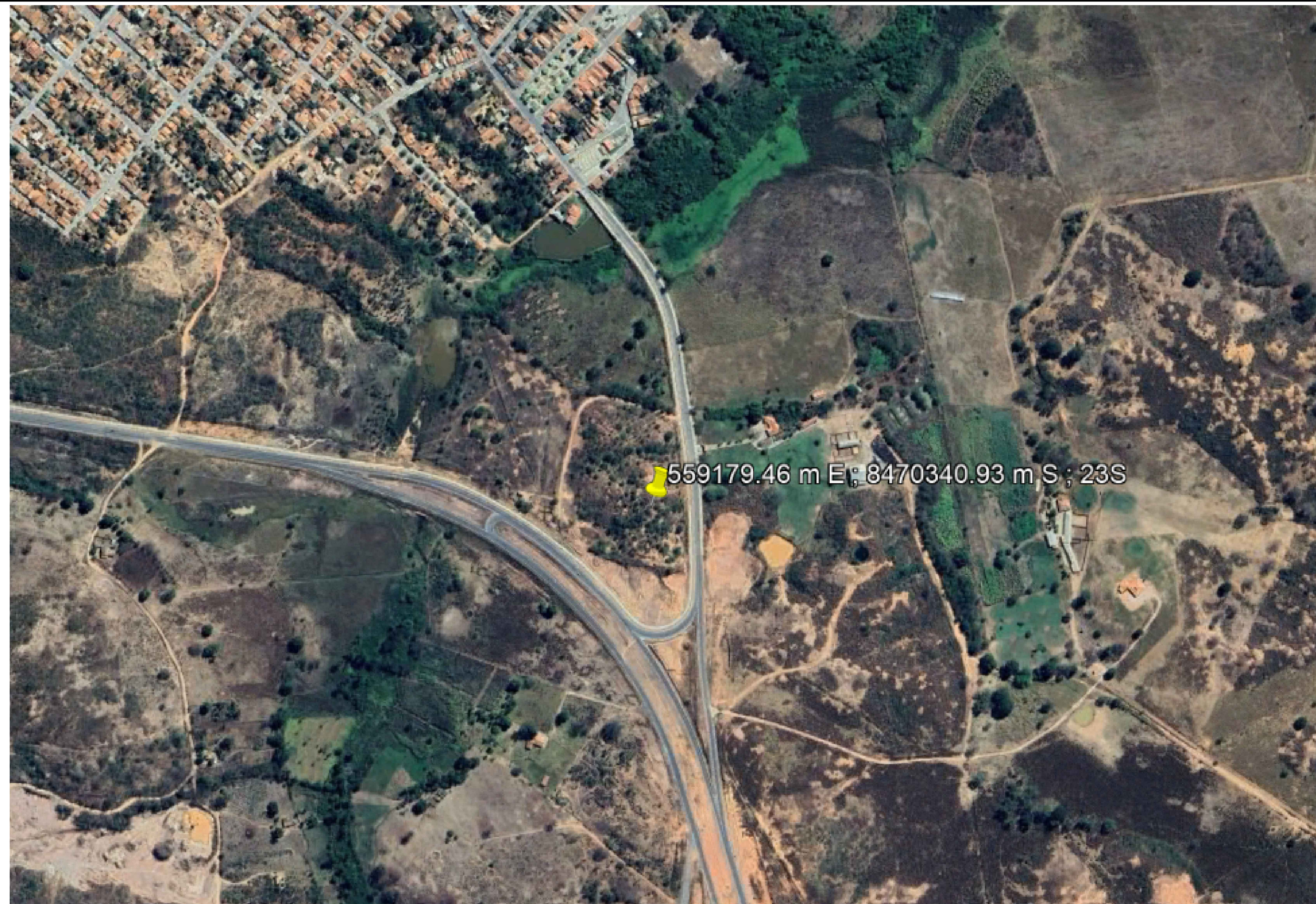


IMPLANTAÇÃO E SITUAÇÃO

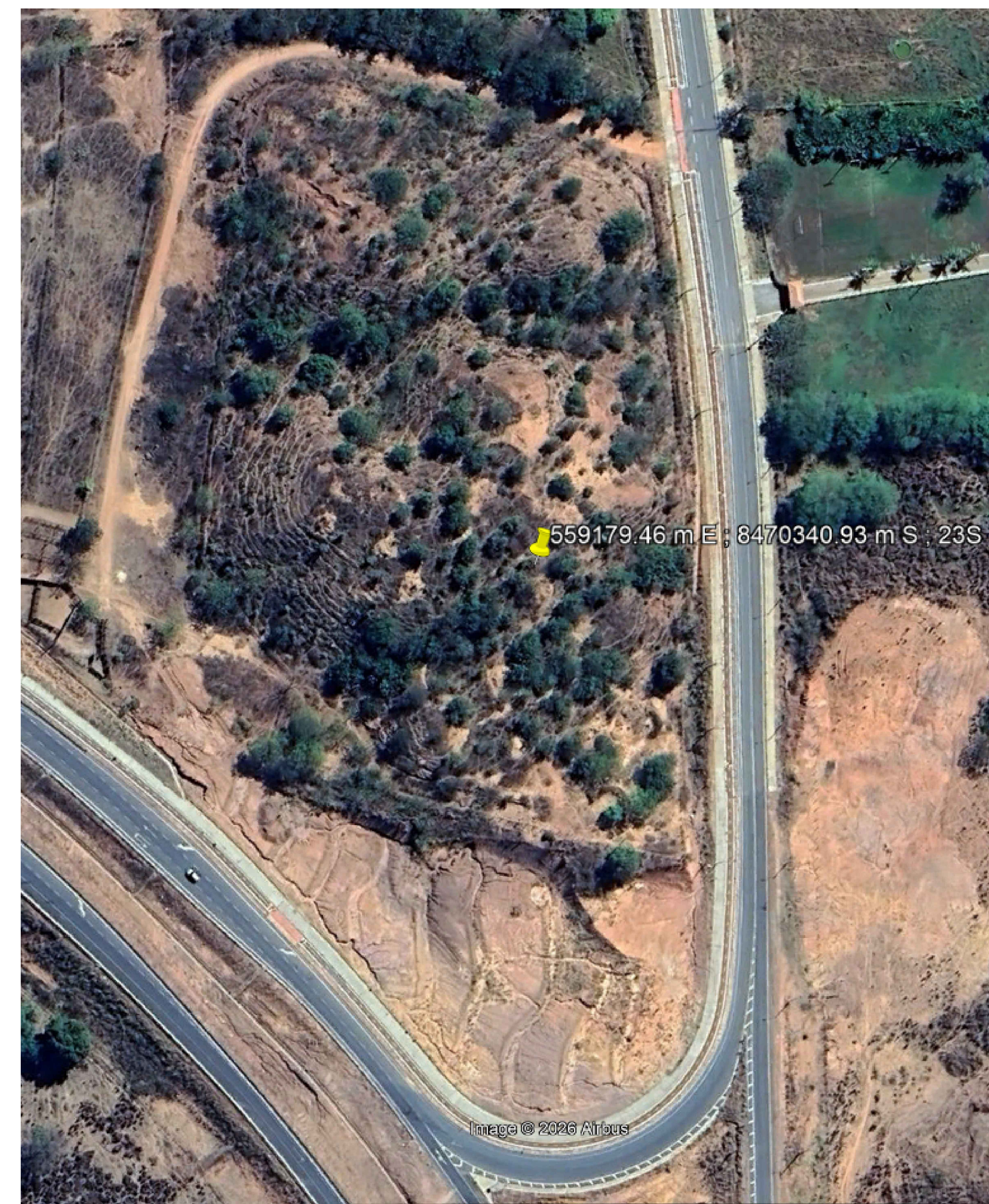
ESCALA MÉTRICA



LEVANTAMENTO TOPOGRAFICO



PLANTA LOCALIZAÇÃO



COORDENADAS

559179.46 m E ; 8470340.93 m S ; 23S

PLANTA SITUAÇÃO




ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE CORIBE



Obra
PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR

MEMORIA DE CALCULO

| Item | Código | Banco | Descrição | | Und | Quant. |
|------|-----------|--------|---|--|-----|---------|
| 1 | | | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | |
| 1.1 | 51 | ORSE | Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022 | 2,00M X 1,00M | m² | 2 |
| 1.2 | 105136 | SINAPI | LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_03/2024 | LOCAÇÃO DE PONTOS DE EIXO, INTERSECÇÃO E EXTREMIDADES DE VIAS, PASSEIOS E RAMPAS. | UN | 67 |
| 1.3 | 73805/001 | SINAPI | BARRACAO DE OBRA PARA ALOJAMENTO/ESCRITORIO, PISO EM PINHO 3A, PAREDES EM COMPENSADO 10MM, COBERTURA EM TELHA FIBROCIMENTO 6MM, INCLUSO INSTALACOES ELETRICAS E ESQUADRIAS. REAPROVEITADO 5 VEZES | LARGURA DE 3M X 10M | m² | 30 |
| 2 | | | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | | |
| 2.1 | 90777 | SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 04 MESES DE OBRA 20H/MÊS | H | 80 |
| 2.2 | 90780 | SINAPI | MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | 04 MESES DE OBRA 20H/MÊS | H | 80 |
| 3 | | | PAVIMENTAÇÃO | | | |
| 3.1 | 73672 | SINAPI | DESMATAMENTO E LIMPEZA MECANIZADA DE TERRENO COM ARVORES ATE Ø 15CM, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS | 200M X 5M ABERTURA ESTRADA + ÁREA DA OBRA = 1000+1414,85 | m² | 2414,85 |
| 3.2 | 101119 | SINAPI | ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO EM SOLO DE 2A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020 | ÁREA DE CORTE DO PERFIL 62,29M² X LARGURA VIA 8,00M = 522,32 | m³ | 3434 |
| 3.3 | 92396 | SINAPI | EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 6 CM. AF_10/2022 | ÁREA DO NIVEL SUPERIOR DO PISO PARA PEDESTRES CONFORME PROJETO | m² | 440,56 |
| 3.4 | 92398 | SINAPI | EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESURA 8 CM. AF_10/2022 | ÁREA INTERTRAVADO NIVEL DA VIA DE ACESSO DE VEICULOS CONFORME PROJETO | m² | 687,43 |
| 3.5 | 94991 | SINAPI | EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022 | ÁREA DE PASSEIO X 0,06, EM AMBOS OS LADOS DA VIA E RAMPAS DE ACESSO CONFORME PROJETO. | m³ | 24,07 |
| 3.6 | 94273 | SINAPI | ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024 | PERIMETRO DOS PASSEIO EXTERNO 145,05+ PERIMETRO PASSEIO INTERNO 98,63M, CONFORME PROJETO | M | 243,68 |
| 3.7 | 94277 | SINAPI | ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X08X08X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024 | PERIMETRO DOS PASSEIO EXTERNO 147,45M , CONFORME PROJETO | M | 147,45 |
| 3.8 | 100575 | SINAPI | REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024 | ÁREA DE ACESSO A OBRA 2414,85M²+ ÁREA DA VIA A PAVIMENTAR 440,56M² | m² | 2863 |
| 4 | | | CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | | | |
| 4.1 | 94965 | SINAPI | CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021 | ÁREA DA SEÇÃO DA CONTENÇÃO 0,63M² X COMPR. 81,36M, CONFORME PROJETO | m³ | 51,25 |
| 4.2 | 92265 | SINAPI | FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020 | ÁREA TOTAL INTERNA E EXTERNA CONFORME PROJETO | m² | 333,57 |
| 4.3 | 92800 | SINAPI | CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM. AF_06/2022 | CONF. RESUMO DE AÇO EM PROJETO | KG | 235,94 |
| 4.4 | 92801 | SINAPI | CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 6,3 MM. AF_06/2022 | CONF. RESUMO DE AÇO EM PROJETO | KG | 1073,95 |
| 4.5 | 92803 | SINAPI | CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_06/2022 | CONF. RESUMO DE AÇO EM PROJETO | KG | 1017 |
| 4.6 | 93358 | SINAPI | ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024 | PERIMETRO DA CONTENÇÃO 92,5 X1,5 LARG. X 60CM | m³ | 73,22 |
| 4.7 | 3816118 | SICRO3 | Guarda-corpo de concreto - fabricação - areia e brita comerciais | | m | 81,36 |
| 4.8 | 102722 | SINAPI | DRENO EM MURO DE CONTENÇÃO, EXECUTADO NO PÉ DO MURO, COM TUBO DE PEAD CORRUGADO FLEXÍVEL PERFURADO, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL. AF_07/2021 | | M | 81,36 |
| 4.9 | 96619 | SINAPI | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESURA DE 5 CM. AF_01/2024 | PERIMETRO 81,36X1,5M LARGURA | M² | 122,04 |



Nº OPERAÇÃO
1104715-86Nº TRANSFEREGOV
58468/2025PROPONENTE / TOMADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE

APELIDO DO EMPREENDIMENTO / DESCRIÇÃO DO LOTE

PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR / PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR

| | |
|---|--------|
| Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: | 40,00% |
| Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): | 5,00% |

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

| Itens | Siglas | % Adotado |
|---|---------|--------------|
| Administração Central | AC | 4,67% |
| Seguro e Garantia | SG | 0,74% |
| Risco | R | 0,97% |
| Despesas Financeiras | DF | 1,21% |
| Lucro | L | 8,69% |
| Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%) | CP | 3,65% |
| Tributos (ISS, variável de acordo com o município) | ISS | 2,00% |
| Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - Lei 12.546 de 14/12/2011 - Desoneração) | CPRB | 0,00% |
| BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU) | BDI PAD | 24,03% |

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC + S + R + G)*(1 + DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CRPB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 40%, com a respectiva alíquota de 5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi SEM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Observações:

CORIBE / BA
Localsexta-feira, 30 de janeiro de 2026
Data

Responsável Técnico

Nome: Antocélio Ribeiro Teixeira

CREA/CAU: 42.370/D

ART/RRT: BA20261357035



Grau de Sigilo
#PUBLICO

| | | | |
|--------------------------------|-------------|-----------------|--------------------------------------|
| PROPONENTE / TOMADOR | Nº OPERAÇÃO | Nº TransfereGOV | APELIDO EMPREENDIMENTO |
| PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE | 1104715-86 | 58468/2025 | PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR |

1. Selecione o Título do Evento da Administração Local:

2. ADMINITRAÇÃO LOCAL

2. Digite nas células em amarelo o número do período em que os eventos serão concluídos:

[illegible][illegible][illegible]

F **CORIBE** /

F **Local**

F

F sexta-feira, 30 de janeiro de 2026

F **Data**



~~Responsável Técnico~~

Nome: Antocélio Ribeiro Teixeira

CREA/CAU: 42.370/D

ART/RRT: BA20261357035



CFF - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

| | | | | |
|-------------|------------|--------------------------------|--------------------------------------|--------------------------------------|
| Nº OPERAÇÃO | Nº TGOV | PROPONENTE TOMADOR | APELIDO EMPREENDIMENTO | DESCRIÇÃO DO LOTE |
| 1104715-86 | 58468/2025 | PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE | PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR |

| Item | Descrição | Valor (R\$) | Parcelas: | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|-----------------------|--------------------------|-------------|------------|------------|------------|---------|---------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | | | 08/25 | 09/25 | 10/25 | 11/25 | 12/25 | 01/26 | 02/26 | 03/26 | 04/26 | 05/26 | 06/26 | 07/26 |
| 1. | PAVIMENTAÇÃO | 418.523,54 | % Período: | 3,01% | 56,50% | 35,84% | 4,65% | | | | | | | | |
| 1.1. | SERVIÇOS PRELIMINARES | 12.581,13 | % Período: | 100,00% | | | | | | | | | | | |
| 1.2. | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 19.472,00 | % Período: | | | | 100,00% | | | | | | | | |
| 1.3. | PAVIMENTAÇÃO | 236.454,67 | % Período: | | 100,00% | | | | | | | | | | |
| 1.4. | CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | 150.015,74 | % Período: | | | 100,00% | | | | | | | | | |
| Total: R\$ 418.523,54 | | | %: | 3,01% | 56,50% | 35,84% | 4,65% | | | | | | | | |
| Período: | Repass: | 11.719,57 | 220.262,23 | 139.742,64 | 18.138,56 | | | | | | | | | | |
| | Contrapartida: | 861,56 | 16.192,44 | 10.273,10 | 1.333,44 | | | | | | | | | | |
| | Outros: | - | - | - | - | | | | | | | | | | |
| | Investimento: | 12.581,13 | 236.454,67 | 150.015,74 | 19.472,00 | | | | | | | | | | |
| Acumulado: | %: | 3,01% | 59,50% | 95,35% | 100,00% | | | | | | | | | | |
| | Repass: | 11.719,57 | 231.981,80 | 371.724,44 | 389.863,00 | | | | | | | | | | |
| | Contrapartida: | 861,56 | 17.054,00 | 27.327,10 | 28.660,54 | | | | | | | | | | |
| | Outros: | - | - | - | - | | | | | | | | | | |
| | Investimento: | 12.581,13 | 249.035,80 | 399.051,54 | 418.523,54 | | | | | | | | | | |
| Administração Local: | | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 100,00% | | | | | | | | | | |

CORIBE / BA

Local

sexta-feira, 30 de janeiro de 2026

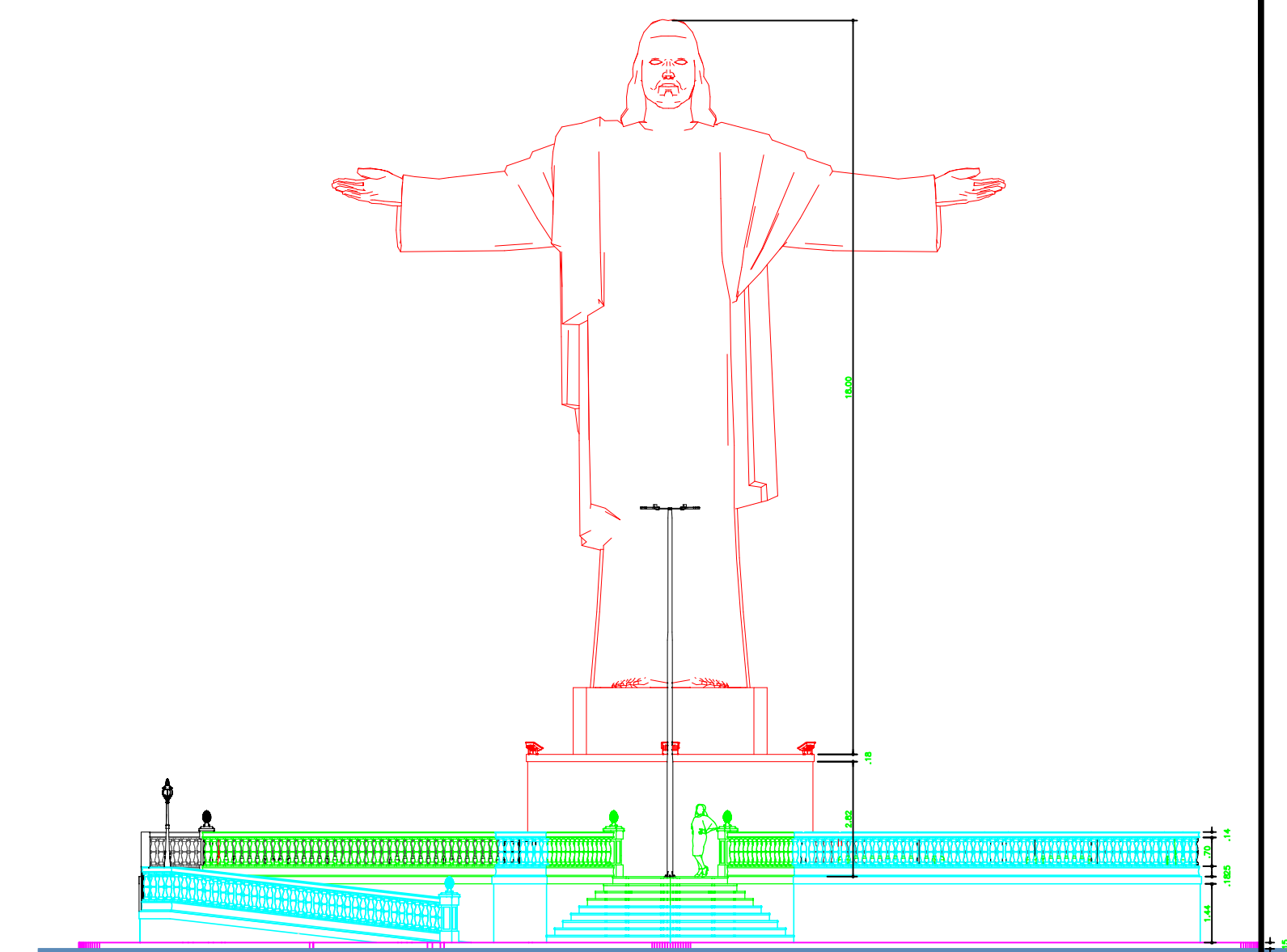
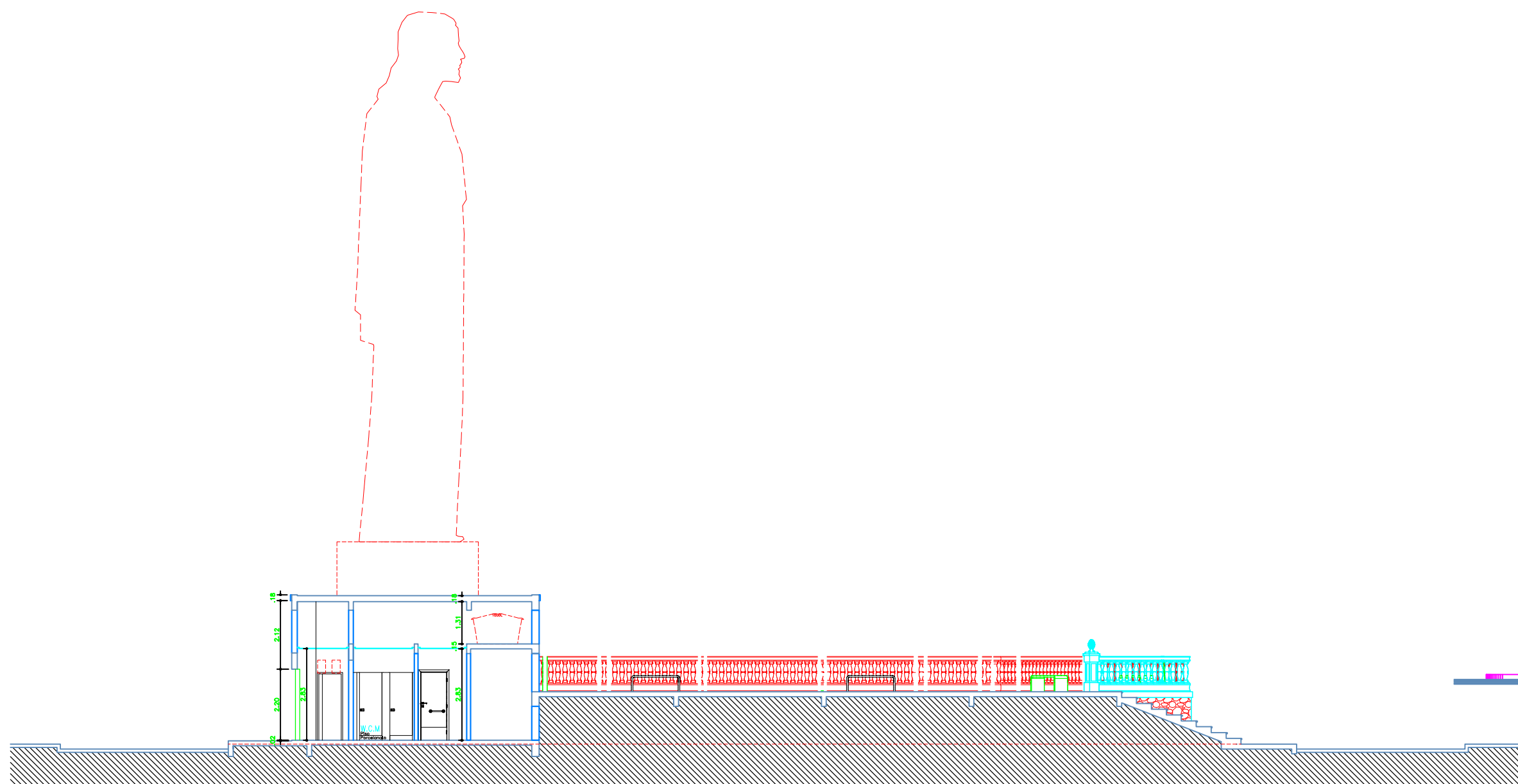
Data

Responsável Técnico

Nome: Antocélio Ribeiro Teixeira

CREA/CAU: 42.370/D

ART/RRT: BA20261357035



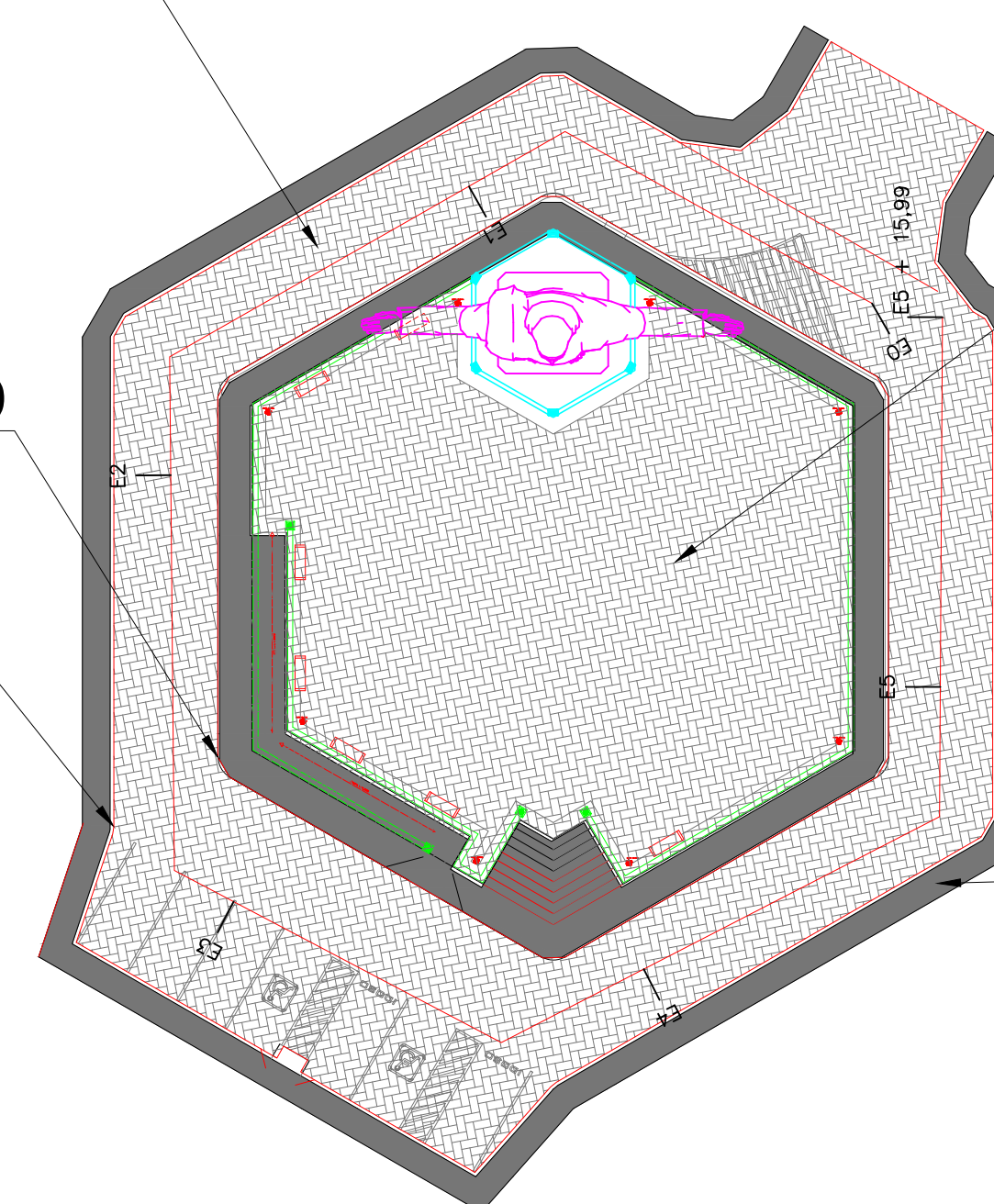
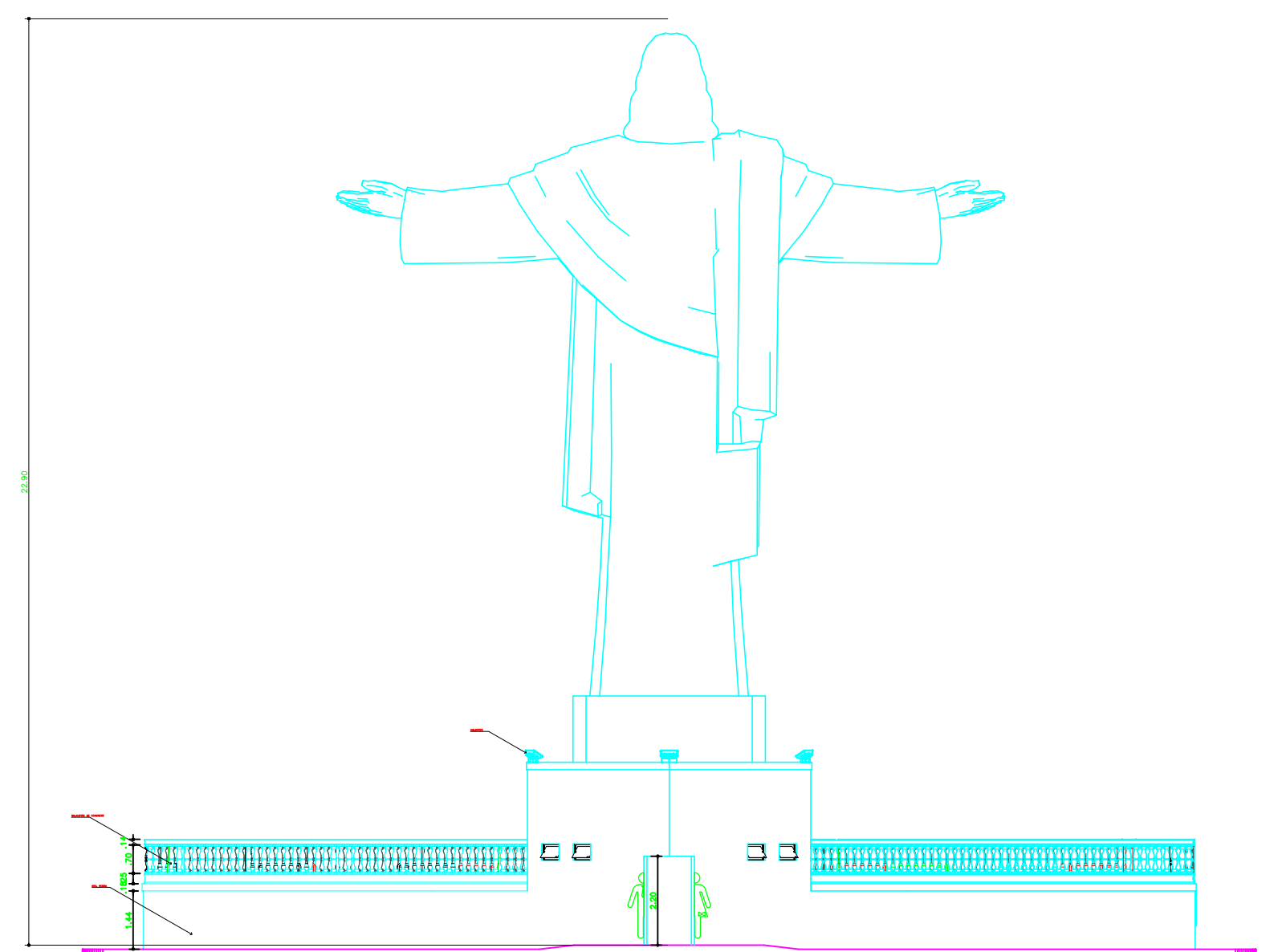
3 DETALHE MEIO FIO INTERNO
1/2 escala

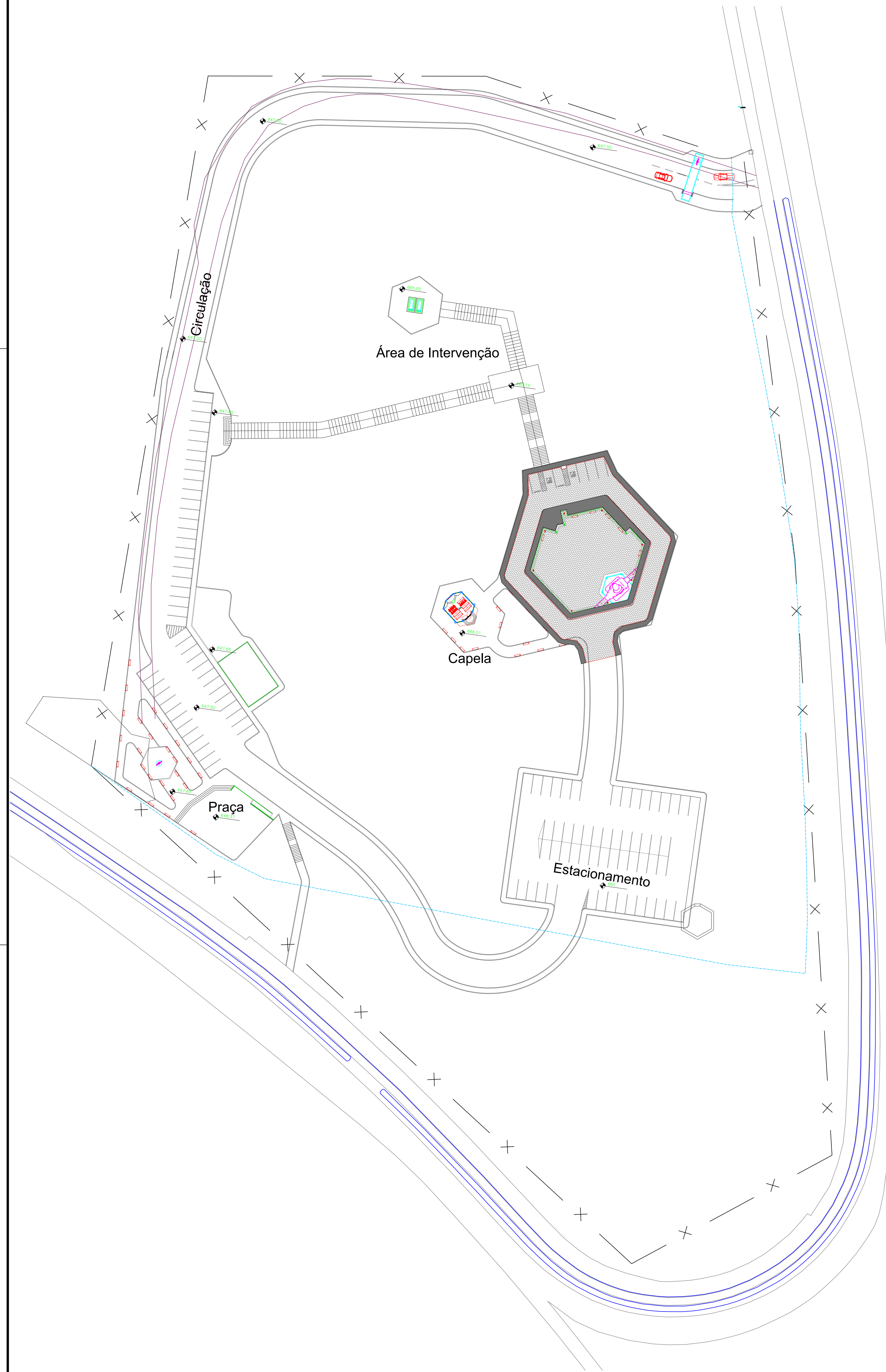
MEIO FIO INTERNO

MEIO FIO EXTERNO

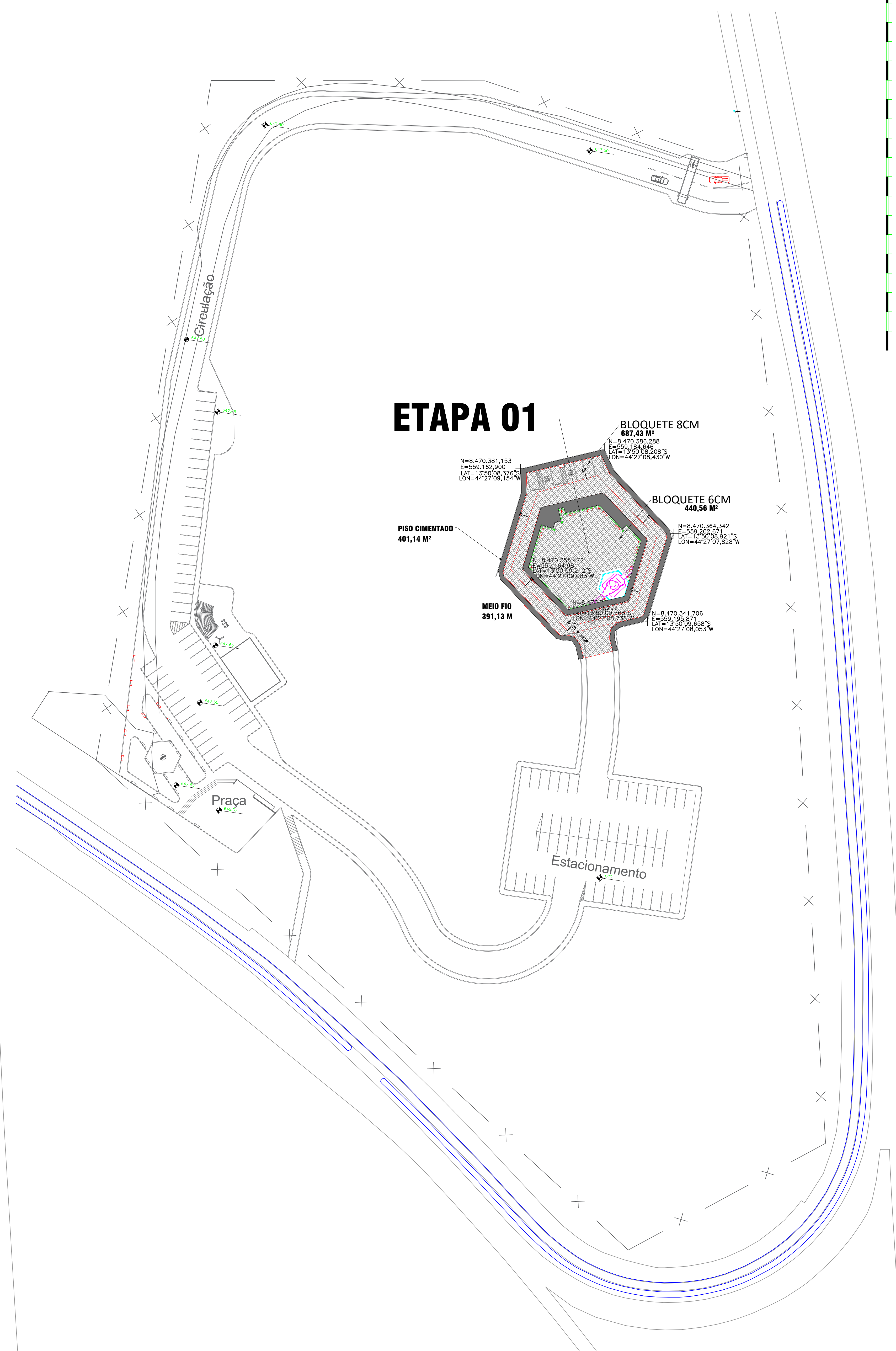
MEIO FIO
391,13 M

PISO CIMENTADO
401,14 M²

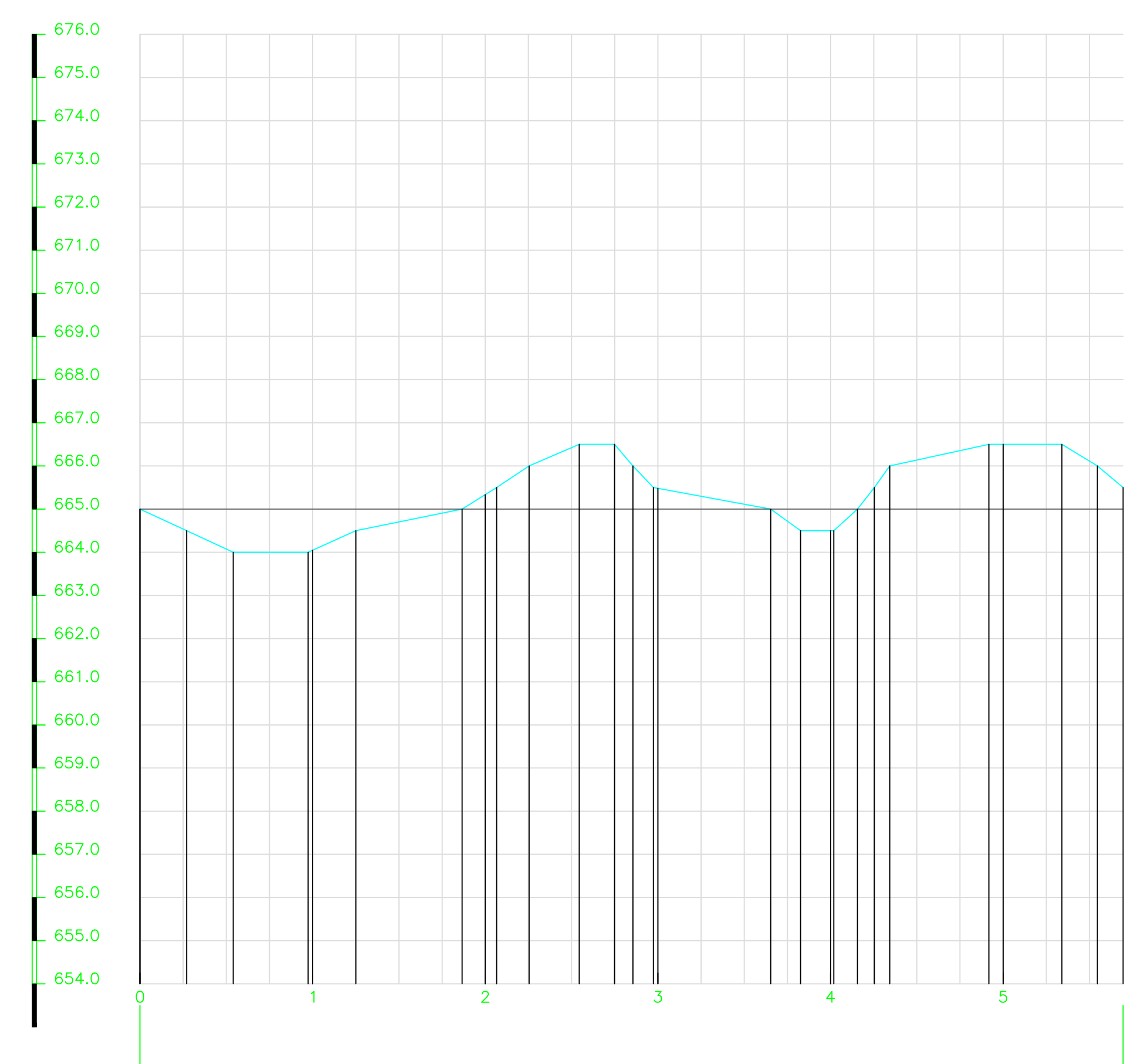




PLANTA DE LAYOUT

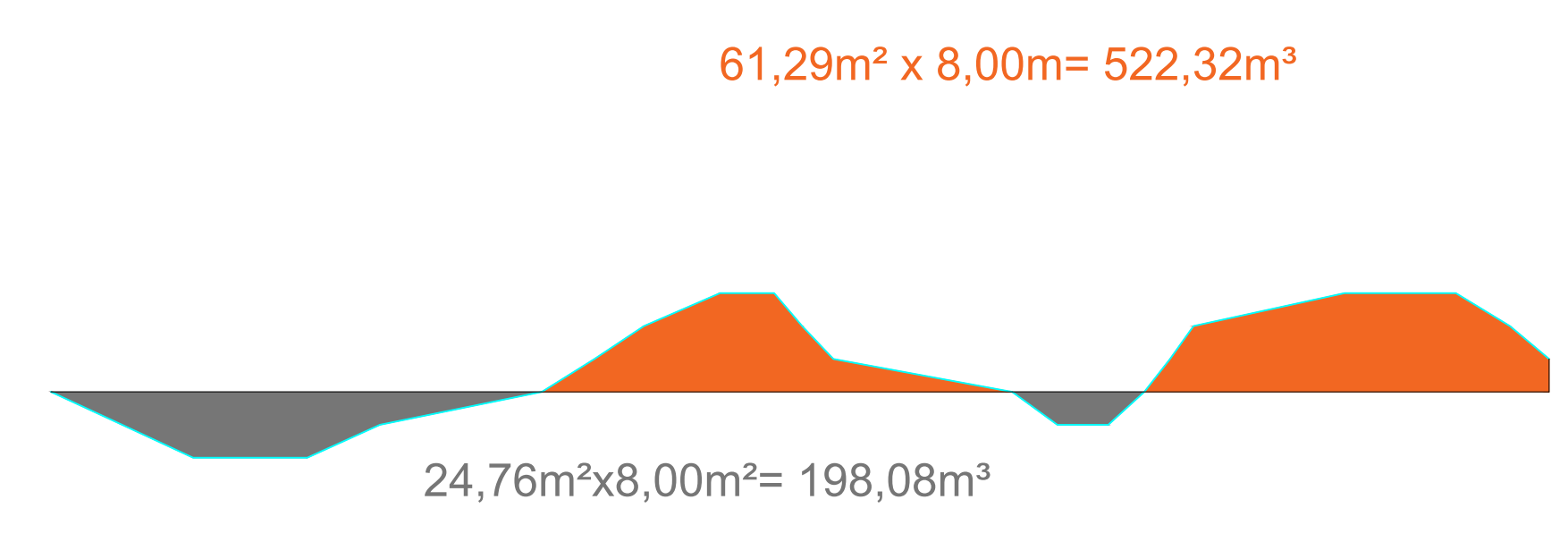


PLANTA DE LOCAÇÃO



| ESTACA | 0 | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|-----------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| DISTANCIA | 0,000 | 20,000 | 40,000 | 60,000 | 80,000 | 100,000 |
| COTA DO TERRENO | 665,000 | 664,047 | 665,334 | 665,481 | 664,500 | 665,500 |
| COTA DO GREIDE | | | | | | |
| COTA DIFERENÇA | | | | | | |

| ESTACA | 0+0,000 | 0+5,417 | 0+10,803 | 0+19,484 | 1+4,999 | 1+17,321 | 2+1,326 | 2+5,083 | 2+10,876 | 2+14,974 | 2+17,799 | 2+19,083 | 3+13,668 | 3+16,517 | 4+0,385 | 4+13,078 | 4+18,340 | 5+6,797 | 5+10,917 | 5+13,898 |
|-----------------|---------|---------|----------|----------|---------|----------|---------|---------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|---------|----------|----------|---------|----------|----------|
| COTA DO TERRENO | 665,000 | 664,500 | 664,000 | 664,000 | 664,500 | 665,000 | 665,500 | 666,000 | 666,500 | 666,500 | 666,500 | 666,500 | 666,500 | 666,500 | 666,500 | 666,500 | 666,500 | 666,000 | 666,000 | 665,500 |





PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

| | | | | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|---|---|-----------------|----------------|----------------|
| Nº OPERAÇÃO 1104715-86 | Nº TransfereGOV 58468/2025 | PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE | Apelido do Empreendimento PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | | | |
| Localidade SINAPI SALVADOR | Data Base 12-25 (N DES.) | Descrição do Lote PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | Município / UF CORIBE / BA | BDI 1 24,03% | BDI 2 0,00% | BDI 3 0,00% |

| Item | Fonte | Código | Descrição | Unidade | Quantidade | Custo Unitário (sem BDI) (R\$) | BDI (%) | Preço Unitário (com BDI) (R\$) | Preço Total (R\$) | |
|--------------------------------------|------------|--------------|---|---------|------------|--------------------------------|---------|--------------------------------|-------------------|----|
| PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | | | | | | | | | 418.523,54 | |
| 1. | | | PAVIMENTAÇÃO | | | | | - | 418.523,54 | |
| 1.1. | | | SERVIÇOS PRELIMINARES | | | | | - | 12.581,13 | |
| 1.1.1. | SINAPI | 103689 | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS | M2 | 2,00 | 447,19 | BDI 1 | 554,65 | 1.109,30 | RA |
| 1.1.2. | Composição | ADAPT-105136 | LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_03/2024 | UN | 67,00 | 24,10 | BDI 1 | 29,89 | 2.002,63 | RA |
| 1.1.3. | ORSE | 05088 | BARRAÇÃO PARA OBRAS DE MÉDIO PORTE REAPROVEITAMENTO 2 VEZES | M2 | 30,00 | 254,49 | BDI 1 | 315,64 | 9.469,20 | RA |
| 1.2. | | | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | | | | - | 19.472,00 | |
| 1.2.1. | SINAPI | 90777 | ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 80,00 | 135,10 | BDI 1 | 167,56 | 13.404,80 | RA |
| 1.2.2. | SINAPI | 90780 | MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 80,00 | 61,15 | BDI 1 | 75,84 | 6.067,20 | RA |
| 1.3. | | | PAVIMENTAÇÃO | | | | | - | 236.454,67 | |
| 1.3.1. | SICRO | 5501700 | Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m | M2 | 2.414,85 | 0,74 | BDI 1 | 0,92 | 2.221,66 | RA |
| 1.3.2. | SINAPI | 101119 | ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO EM SOLO DE 2A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020 | M3 | 3.434,00 | 9,61 | BDI 1 | 11,92 | 40.933,28 | RA |
| 1.3.3. | SINAPI | 92396 | EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022 | M2 | 440,56 | 94,66 | BDI 1 | 117,41 | 51.726,15 | RA |
| 1.3.4. | SINAPI | 92398 | EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022 | M2 | 687,43 | 94,93 | BDI 1 | 117,74 | 80.938,01 | RA |
| 1.3.5. | SINAPI | 94991 | EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022 | M3 | 24,07 | 840,41 | BDI 1 | 1.042,36 | 25.089,61 | RA |
| 1.3.6. | SINAPI | 94273 | ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024 | M | 243,68 | 41,15 | BDI 1 | 51,04 | 12.437,43 | RA |
| 1.3.7. | SINAPI | 94277 | ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X08X08X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024 | M | 147,45 | 33,28 | BDI 1 | 41,28 | 6.086,74 | RA |
| 1.3.8. | SINAPI | 100575 | REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024 | M2 | 2.863,00 | 0,68 | BDI 1 | 0,84 | 2.404,92 | RA |
| 1.3.9. | SINAPI | 105569 | CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLO DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO), COM ESPESSURA DE 20 CM - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE E SOLO. AF_09/2024 | M3 | 137,48 | 8,23 | BDI 1 | 10,21 | 1.403,67 | RA |

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

| | | | | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|---|---|-----------------|----------------|----------------|
| Nº OPERAÇÃO 1104715-86 | Nº TransfereGOV 58468/2025 | PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE | Apelido do Empreendimento PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | | | |
| Localidade SINAPI SALVADOR | Data Base 12-25 (N DES.) | Descrição do Lote PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | Município / UF CORIBE / BA | BDI 1 24,03% | BDI 2 0,00% | BDI 3 0,00% |

| Item | Fonte | Código | Descrição | Unidade | Quantidade | Custo Unitário (sem BDI) (R\$) | BDI (%) | Preço Unitário (com BDI) (R\$) | Preço Total (R\$) | |
|--------------------------------------|----------|---------|---|---------|------------|--------------------------------|---------|--------------------------------|-------------------|----|
| PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | | | | | | | | | 418.523,54 | |
| 1.3.10. | SINAPI-I | 368 | AREIA PARA ATERRO - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) | M3 | 137,48 | 72,02 | BDI 1 | 89,33 | 12.281,09 | RA |
| 1.3.11. | SINAPI | 93589 | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 | M3XKM | 274,96 | 2,73 | BDI 1 | 3,39 | 932,11 | RA |
| 1.4. | | | CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | | | | | - | 150.015,74 | |
| 1.4.1. | SINAPI | 94965 | CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021 | M3 | 51,25 | 635,72 | BDI 1 | 788,48 | 40.409,60 | RA |
| 1.4.2. | SINAPI | 92265 | FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020 | M2 | 333,57 | 126,09 | BDI 1 | 156,39 | 52.167,01 | RA |
| 1.4.3. | SINAPI | 92800 | CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM. AF_06/2022 | KG | 235,94 | 9,27 | BDI 1 | 11,50 | 2.713,31 | RA |
| 1.4.4. | SINAPI | 92801 | CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 6,3 MM. AF_06/2022 | KG | 1.073,95 | 9,07 | BDI 1 | 11,25 | 12.081,94 | RA |
| 1.4.5. | SINAPI | 92803 | CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_06/2022 | KG | 1.017,00 | 8,12 | BDI 1 | 10,07 | 10.241,19 | RA |
| 1.4.6. | SINAPI | 93358 | ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024 | M3 | 73,22 | 96,40 | BDI 1 | 119,56 | 8.754,18 | RA |
| 1.4.7. | SICRO | 3816118 | Guarda-corpo de concreto - fabricação - areia e brita comerciais | M | 81,36 | 104,06 | BDI 1 | 129,07 | 10.501,14 | RA |
| 1.4.8. | SINAPI | 102722 | DRENO EM MURO DE CONTENÇÃO, EXECUTADO NO PÉ DO MURO, COM TUBO DE PEAD CORRUGADO FLEXÍVEL PERFURADO, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL. AF_07/2021 | M | 81,36 | 56,89 | BDI 1 | 70,56 | 5.740,76 | RA |
| 1.4.9. | SINAPI | 96619 | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024 | M2 | 122,04 | 48,93 | BDI 1 | 60,69 | 7.406,61 | RA |

Encargos sociais: Para elaboração deste orçamento, foram utilizados os encargos sociais do SINAPI para a Unidade da Federação indicada.


Observações:

Foi considerado arredondamento de duas casas decimais para Quantidade; Custo Unitário; BDI; Preço Unitário; Preço Total.
Siglas da Composição do Investimento: RA - Rateio proporcional entre Repasse e Contrapartida; RP - 100% Repasse; CP - 100% Contrapartida; OU - 100% Outros.

CORIBE / BA
Local

sexta-feira, 30 de janeiro de 2026

PMV3.16


Responsável Técnico
Nome: Antocélio Ribeiro Teixeira
CREA/CAU: 42.370/D

RECURSO
↓



PO - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
Orçamento Base para Licitação - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

| | | | | | | |
|-------------------------------|-------------------------------|---|---|-----------------|----------------|----------------|
| Nº OPERAÇÃO 1104715-86 | Nº TransfereGOV 58468/2025 | PROponente / Tomador PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE | Apelido do Empreendimento PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | | | |
| Localidade Sinapi SALVADOR | Data Base 12-25 (N DES.) | Descrição do Lote PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | Município / UF CORIBE / BA | BDI 1 24,03% | BDI 2 0,00% | BDI 3 0,00% |

| Item | Fonte | Código | Descrição | Unidade | Quantidade | Custo Unitário (sem BDI) (R\$) | BDI (%) | Preço Unitário (com BDI) (R\$) | Preço Total (R\$) |
|--------------------------------------|-------|--------|-----------|---------|------------|-----------------------------------|------------|-----------------------------------|----------------------|
| PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | | | | | | | | | 418.523,54 |

Data
ART/RRT: BA20261357035

RECURSO
↓



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO

APELIDO DO EMPREENDIMENTO
PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR

Nº TransfereGOV
58468/2025

Nº OPERAÇÃO
1104715-86

PROPONENTE / TOMADOR
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | Memória de Cálculo |
|--------------------------------------|---|---------|------------|-------------------------|
| PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | | | | |
| 1. | PAVIMENTAÇÃO | | - | |
| 1.1. | SERVIÇOS PRELIMINARES | | - | |
| 1.1.1. | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS | M2 | 2,00 | Conforme planilha anexa |
| 1.1.2. | LOCAÇÃO DE PONTO PARA REFERÊNCIA TOPOGRÁFICA. AF_03/2024 | UN | 67,00 | Conforme planilha anexa |
| 1.1.3. | BARRAÇÃO PARA OBRAS DE MÉDIO PORTE REAPROVEITAMENTO 2 VEZES | M2 | 30,00 | Conforme planilha anexa |
| 1.2. | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | - | |
| 1.2.1. | ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 80,00 | Conforme planilha anexa |
| 1.2.2. | MESTRE DE OBRAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | H | 80,00 | Conforme planilha anexa |
| 1.3. | PAVIMENTAÇÃO | | - | |
| 1.3.1. | Desmatamento, destocamento e limpeza de área com árvores de diâmetro até 0,15 m | M2 | 2.414,85 | Conforme planilha anexa |
| 1.3.2. | ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO EM SOLO DE 2ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020 | M3 | 3.434,00 | Conforme planilha anexa |
| 1.3.3. | EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022 | M2 | 440,56 | Conforme planilha anexa |
| 1.3.4. | EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 8 CM. AF_10/2022 | M2 | 687,43 | Conforme planilha anexa |
| 1.3.5. | EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO C20, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022 | M3 | 24,07 | Conforme planilha anexa |
| 1.3.6. | ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X30 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024 | M | 243,68 | Conforme planilha anexa |
| 1.3.7. | ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 80X08X08X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA). AF_01/2024 | M | 147,45 | Conforme planilha anexa |
| 1.3.8. | REGULARIZAÇÃO DE SUPERFÍCIES COM MOTONIVELADORA. AF_09/2024 | M2 | 2.863,00 | Conforme planilha anexa |
| 1.3.9. | CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE SOLO DE COMPORTAMENTO LATERÍTICO (ARENOSO), COM ESPESSURA DE 20 CM - EXCLUSIVE ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE E SOLO. AF_09/2024 | M3 | 137,48 | Conforme planilha anexa |
| 1.3.10. | AREIA PARA ATERRO - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE) | M3 | 137,48 | Conforme planilha anexa |
| 1.3.11. | TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: M3XKM). AF_07/2020 | M3XKM | 274,96 | Conforme planilha anexa |

FRENTES DE OBRA:

| Agrupador de Eventos | PAVIMENTAÇÃO | |
|--------------------------------|--------------|---|
| | 1 | 2 |
| TOTAL FINANC. POR FRETE (R\$): | 418.523,54 | |
| SERVIÇOS PRELIMINARES | 2,00 | |
| SERVIÇOS PRELIMINARES | 67,00 | |
| SERVIÇOS PRELIMINARES | 30,00 | |
| ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 80,00 | |
| ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 80,00 | |
| PAVIMENTAÇÃO | 2.414,85 | |
| PAVIMENTAÇÃO | 3.434,00 | |
| PAVIMENTAÇÃO | 440,56 | |
| PAVIMENTAÇÃO | 687,43 | |
| PAVIMENTAÇÃO | 24,07 | |
| PAVIMENTAÇÃO | 243,68 | |
| PAVIMENTAÇÃO | 147,45 | |
| PAVIMENTAÇÃO | 2.863,00 | |
| PAVIMENTAÇÃO | 137,48 | |
| PAVIMENTAÇÃO | 137,48 | |
| PAVIMENTAÇÃO | 274,96 | |



PLQ - PLANILHA DE LEVANTAMENTO DE QUANTIDADES
Memória de Cálculo - OGU

Grau de Sigilo
#PUBLICO


| | | | |
|---|-------------------------------|---------------------------|--|
| APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | Nº TransfereGOV 58468/2025 | Nº OPERAÇÃO 1104715-86 | PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE |
|---|-------------------------------|---------------------------|--|

| Item | Descrição | Unidade | Quantidade | Memória de Cálculo |
|--------------------------------------|--|---------|------------|-------------------------|
| PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | | | | |
| 1.4. | CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | | - | |
| 1.4.1. | CONCRETO FCK = 25MPa, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_ 05/2021 | M3 | 51,25 | Conforme planilha anexa |
| 1.4.2. | FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_ 09/2020 | M2 | 333,57 | Conforme planilha anexa |
| 1.4.3. | CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM. AF_ 06/2022 | KG | 235,94 | Conforme planilha anexa |
| 1.4.4. | CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 6,3 MM. AF_ 06/2022 | KG | 1.073,95 | Conforme planilha anexa |
| 1.4.5. | CORTE E DOBRA DE AÇO CA-50, DIÂMETRO DE 10,0 MM. AF_ 06/2022 | KG | 1.017,00 | Conforme planilha anexa |
| 1.4.6. | ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_ 09/2024 | M3 | 73,22 | Conforme planilha anexa |
| 1.4.7. | Guarda-corpo de concreto - fabricação - areia e brita comerciais | M | 81,36 | Conforme planilha anexa |
| 1.4.8. | DRENO EM MURO DE CONTENÇÃO, EXECUTADO NO PÉ DO MURO, COM TUBO DE PEAD CORRUGADO FLEXÍVEL PERFURADO, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL. AF_ 07/2021 | M | 81,36 | Conforme planilha anexa |
| 1.4.9. | LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_ 01/2024 | M2 | 122,04 | Conforme planilha anexa |

| FRENTES DE OBRA: | | PAVIMENTAÇÃO | |
|---------------------------------|------------|--------------|--|
| Agrupador de Eventos | 1 | 2 | |
| TOTAL FINANC. POR FRENTE (R\$): | 418.523,54 | | |
| | | | |
| CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | 51,25 | | |
| CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | 333,57 | | |
| CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | 235,94 | | |
| CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | 1.073,95 | | |
| CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | 1.017,00 | | |
| CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | 73,22 | | |
| CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | 81,36 | | |
| CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | 81,36 | | |
| CONTENÇÃO E GUARDA CORPO | 122,04 | | |
| | | | |

CORIBE / BA
Local

sexta-feira, 30 de janeiro de 2026
Data


Responsável Técnico
Nome: Antocélio Ribeiro Teixeira
CREA/CAU: 42.370/D
ART/RRT: BA20261357035



QCI - Quadro de Composição do Investimento

Grau de Sigilo
#PUBLICO

| | | | | | | |
|---|-------------------------------|--|-------------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Nº OPERAÇÃO 1104715-86 | Nº TransfereGOV 58468/2025 | PROPONENTE / TOMADOR PREFEITURA MUNICIPAL DE CORIBE | MUNICÍPIO / UF CORIBE / BA | VALORES CONTRATADOS (R\$): | | |
| APELIDO DO EMPREENDIMENTO PAVIMENTAÇÃO ÁREA DO CRISTO REDENTOR | | | RECURSO OGU | REPASSE 389.863,00 | CONTRAPARTIDA 28.660,54 | INVESTIMENTO 418.523,54 |

| | | |
|------------------------|--------------------|--------------------------|
| Saldo a Reprogramar | Repasse (R\$) - | Contrapartida (R\$) - |
|------------------------|--------------------|--------------------------|

| Meta | Item de Investimento | Subitem de Investimento | Descrição da Meta | Situação | Quantidade | Unid. | Lote de Licitação / nº do CTEF | Repasse (R\$) | Contrapartida Financeira (R\$) | Outros (R\$) | Investimento (R\$) |
|-------|----------------------|-------------------------|-------------------|------------|------------|-------|--------------------------------|--------------------------|--------------------------------|----------------|---------------------------|
| 1. | Pavimentação | Pavimentação de vias | PAVIMENTAÇÃO | Em Análise | 1.127,99 | m² | LOTE 1 | 389.863,00 | 28.660,54 | - | 418.523,54 |
| TOTAL | | | | | | | | 389.863,00 (93,15%) | 28.660,54 (6,85%) | - (0,00%) | 418.523,54 (100,00%) |

Observações:

CORIBE / BA
Local
sexta-feira, 30 de janeiro de 2026
Data

Representante Tomador
Nome: Murillo Ferreira Viana
Cargo: Prefeito Municipal

**ANEXO II****MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS ESCRITA**

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação do acesso à Praça do Mirante na sede, advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia.

A**Prefeitura Municipal de Coribe****Comissão de Contratação**

Ref.: Concorrência Pública n.º 004/2026

Prezados Senhores,

Tendo examinado o edital da licitação Concorrência Pública n.º 004/2026 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, da empresa (*....inserir nome da licitante....*), inscrito no CNPJ n.º, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º, doravante denominado Licitante, oferecemos proposta para a Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação para acesso à Praça do Mirante na sede advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia, em conformidade com projeto básico e conforme anexos da proposta de preços: 01 - *Planilha Orçamentária*; 02 - *Planilhas de Composição do Preço Unitário*; 03 - *Planilha do Cronograma Físico-Financeiro*; 04 - *Planilha do BDI*; 05 - *Planilha dos Encargos Sociais*; 06 - *Garantia da Proposta de Preços*, e demais exigências licitatórias, as quais são parte integrante desta proposta, vem apresentar a essa Comissão de Contratação, proposta para a execução dos serviços acima mencionados, declarando expressamente:

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data da assinatura do contrato e ordem de serviço.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de assinatura do Contrato e recebimento da Ordem de Serviço.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, ____/____/____, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.



Na oportunidade, credenciamos junto à Município de Coribe - Bahia o(a) Senhor(a). _____, carteira de Identidade n.º _____, Órgão Expedidor _____, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.

Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre as obras/serviços e fornecimentos.

XXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
CPF n.º
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º

ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.

**ANEXO III****MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação para acesso à Praça do Mirante na sede advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia

DECLARAÇÃO DE VISTORIA**A****Prefeitura Municipal de Coribe****Comissão de Contratação**

Ref.: Concorrência Pública n.º 004/2026

(razão social da empresa) inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º....., doravante denominado Licitante, para fins do disposto no edital da Concorrência Pública n.º 004/2026, em conformidade com o art. 63, §3º combinado com o §2º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, **DECLARA** que temos o pleno conhecimento das condições e peculiaridades do local do objeto a ser contratado, e atestamos que conhecemos o local e todas as condições de realização da obra, tendo-me sido assegurado o direito de realização de vistoria prévia do local objeto da licitação em apreço, tomando plena ciência das condições e dos graus de dificuldades existentes para a execução dos trabalhos, assumindo total responsabilidade tanto pela execução dos serviços conforme especificações técnicas determinadas, quanto pelo perfeito cumprimento do contrato

XXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura do Representante LegalNome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º.....**ATENÇÃO:** A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.

**ANEXO IV****MODELO DE DECLARAÇÕES REUNIDAS**

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação do acesso à Praça do Mirante na sede, advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia.

DECLARAÇÕES REUNIDAS**A****Prefeitura Municipal de Coribe****Comissão de Contratação**

Ref.: Concorrência Pública n.º 004/2026

(razão social da empresa) inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º....., doravante denominado Licitante, para fins do disposto no edital da Concorrência Pública n.º 004/2026, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, combinado com o art. 63, inciso I, da Lei n.º 14133, de 1 de abril de 2021, as seguintes:

DECLARA, sob as penas da lei, para fins de participação no processo de Concorrência Pública n.º 004/2026, que não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos ou dirigente de Órgão ou Entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do § 1º, artigo 9º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

DECLARA, para fins do disposto no inciso IV do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menores a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do Inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

DECLARA, que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do inciso III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, de que atendemos aos requisitos de habilitação, e que responderei pela veracidade das informações prestadas, de que trata o inciso I, art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, de que cumprimos as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em



lei e em outras normas específicas, de que trata o inciso IV, art. 63 da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021;

DECLARA, que em conformidade com o art. 63, §1º, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, a nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, de que em atendimento ao disposto no art. 14, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, atesto que detém o pleno conhecimento das obrigações objeto do presente credenciamento e não está incurso em qualquer dos impedimentos dispostos na lei;

DECLARA, que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos é da nossa empresa, caso sagra-se vencedora, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;

DECLARA, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º

ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.

**ANEXO V****MODELO DE DECLARAÇÃO - ELABORAÇÃO INDEPENDENTE**

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação para acesso à Praça do Mirante na sede advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**A****Prefeitura Municipal de Coribe****Comissão de Contratação**

Ref.: Concorrência Pública n.º 004/2026

(razão social da empresa) inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) , portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º....., doravante denominado Licitante, para fins do disposto no edital da Concorrência Pública n.º 004/2026, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, combinado com o art. 63, inciso I, da Lei n.º 14133, de 1 de abril de 2021, **DECLARA:**

(a) a proposta apresentada para participar da Concorrência Pública n.º 004/2026 foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Pública n.º 004/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Concorrência Pública n.º 004/2026 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Pública n.º 004/2026, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Pública n.º 004/2026 quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Concorrência Pública n.º 004/2026 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência Pública n.º 004/2026 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;



(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Concorrência Pública n.º 004/2026 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Prefeitura Municipal de Coribe antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

XXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXX de 2025.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º

ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.

**ANEXO VI****MODELO DE DECLARAÇÃO - MICRO EMPRESA OU EPP**

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação para acesso à Praça do Mirante na sede advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA PEQUENO PORTE**A****Prefeitura Municipal de Coribe****Comissão de Contratação**

Ref.: Concorrência Pública n.º 004/2026

(razão social da empresa) inscrita no CNPJ n.º....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.), portador(a) da Carteira de Identidade n.º e do CPF n.º....., **DECLARA**, para fins do disposto no Edital da Concorrência Pública n.º 004/2026, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(☐) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

(☐) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

(☐) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL - MEI**, conforme § 1º do art. 18-A da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa não se encontra alcançada por quaisquer das hipóteses descritas no § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º.....

Obs.: 1) Assinalar com um “X” a condição da empresa.

ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.

**ANEXO VII****MODELO DE PROCURAÇÃO PRÁTICA DE ATOS**

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação para acesso à Praça do Mirante na sede advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia.

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA PRÁTICA DE ATOS**CONCERNENTES AO CERTAME****A****Prefeitura Municipal de Coribe****Comissão de Contratação**

Ref.: Concorrência Pública n.º 004/2026

CREDENCIAL - PROCURAÇÃO

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade n.º, expedido pela, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o n.º, residente à rua, n.º como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, etc.).

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo

Cargo na Empresa / Representante

Razão Social da Empresa

CNPJ n.º

ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.

**ANEXO VIII****MODELO DE DECLARAÇÃO - APARELHAMENTO E PESSOAL**

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação para acesso à Praça do Mirante na sede advindo de contrato com o Ministério das Cidades e o Município de Coribe – Bahia.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO**A****Prefeitura Municipal de Coribe****Comissão de Contratação**

Ref.: Concorrência Pública n.º 004/2026

A empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com sede a _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º _____, inscrição estadual n.º _____, neste ato representado por seu representante legal, _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Cédula de Identidade n.º _____, e inscrito no CPF n.º _____, residente e domiciliado a _____, bairro, _____, na cidade de _____, Estado de _____, através da presente declaração, DECLARA para fins do disposto no art. 67, inciso II da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021 e para os devidos fins de que possui instalações, aparelhamento e bem como o pessoal técnico, adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, sendo listados membros da equipe técnica e qualificações que se responsabilizará pelos trabalhos, bem como a lista de equipamentos, sem quaisquer ônus adicional para o Município de Coribe, conforme seguem:

| Lista de Aparelhamento | | |
|------------------------|---|--------------------------|
| Item | Nome - Equipamento / Máquina / Veículo / Instalação | Marca ou Modelo ou Local |
| 1 | | |
| 2 | ... | |
| 3 | ... | |
| 4 | ... | |
| 5 | ... | |

| Lista de Pessoal Técnico | | | |
|--------------------------|----------------------|----------|--------------|
| Item | Nome do Profissional | Conselho | N.º Registro |
| 1 | | | |
| 2 | ... | | |



| | | | |
|---|-----|--|--|
| 3 | ... | | |
| 4 | ... | | |
| 5 | ... | | |

Declaramos que seguem em anexo a(s) comprovação(ções) da vinculação do(s) profissional(ais) acima relacionados com esta empresa licitante.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º

ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.

**ANEXO IX****MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO**

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação para acesso à Praça do Mirante na sede advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE VINCULAÇÃO CONTRATUAL
FUTURA****A****Prefeitura Municipal de Coribe****Comissão de Contratação**

Ref.: Concorrência Pública n.º 004/2026

Eu, _____, portador(a) da CI/RG n.º _____ e do CPF n.º _____, ou CREA/CAU n.º _____, DECLARO para todos os fins de direito, que sou o profissional detentor das Certidão(ões) de Acervo Técnico que foram utilizadas para atendimento às exigências editalícias no que tange à qualificação técnica profissional, e caso esta empresa licitante sagre-se vencedora desta licitação, serei o Técnico Responsável, e afirmo que mantereí ou firmarei vínculo, inclusive com registro perante o CREA / CAU como seu representante legal para os fins da presente declaração.

Finalizando, declaro que tenho pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos, por ser verdade, dato e assino.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º

ATENÇÃO: A licitante deverá confeccionar este documento em papel timbrado da empresa.

**ANEXO X****MINUTA DE CONTRATO**

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação para acesso à Praça do Mirante na sede advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia.

MINUTA CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**N.º XXX/2026**

**TERMO DE CONTRATO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
QUE FAZEM ENTRE SI O
MUNICÍPIO DE CORIBE -
BAHIA E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXX XXXXX
XXXXXXXX.**

O **MUNICÍPIO DE CORIBE, BAHIA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Bandeirantes, 285, Centro, Coribe, Bahia, CEP 47.690-000, registrado no CNPJ sob o n.º 13.912.084/0001-81, neste ato representado pelo seu Prefeito o Doutor Murillo Ferreira Viana, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado nesta cidade à XXXXXXXXXXXX, XX, XXXX, Coribe, Bahia, CEP XX-XXX-XXX-XX, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXX XXXXX XXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com endereço situado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXX, CEP XX.XXX-XXX, neste ato representado pelo(a) senhor(a) XXXXXXXXXXX XXXXXX, portador da Carteira de Identidade sob o n.º XXX.XXXXX, inscrito no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, XXXX, CEP XX.XXX-XXX, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º XXX/2026 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da licitação Concorrência Pública n.º 004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. DO OBJETO

1.1. O contrato tem por objeto a Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação para acesso à Praça do Mirante na sede advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia, conforme especificações e demais elementos técnicos constantes no Projeto Básico e no Edital e seus anexos.

1.1.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, o Edital da Concorrência Eletrônica n.º 004/2026 os seus Anexos, e a Proposta da empresa Contratada e seus anexos.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A obra será realizada por execução indireta, sob o regime de execução é o de empreitada por preço unitário.



3. DO LOCAL E FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A obra será executada na sede do Município de Coribe - Bahia.

3.1.1. O prazo de execução dos serviços terá início a partir da data de emissão da Ordem de Serviço ou documento equivalente.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DOCUMENTOS

4.1. As especificações técnicas dos trabalhos a serem executados estão indicadas no Edital e nos Anexos da Concorrência Pública n.º 004/2026, que é parte integrante deste Contrato, independentemente de transcrição, e que a Contratada se obriga a obedecer, em todas as suas cláusulas.

4.1.1. Integra este contrato o Edital e seus anexos, bem como a proposta da Contratada, com os documentos que a compõem, apresentada na Concorrência Pública n.º 004/2026. Na hipótese de manifesta divergência entre as disposições desses documentos e as deste Contrato, prevalecerão, sempre, as disposições contratuais, salvo quanto às especificações técnicas objeto de expressa indicação da Contratante.

4.1.2. Nenhuma modificação poderá ser introduzida nas especificações técnicas dos trabalhos ou em qualquer dos documentos anexos, sem a prévia e expressa autorização da Contratante. Também não poderá a Contratada recopiar, reproduzir ou comunicar a terceiros os documentos técnicos e os anexos, sem o consentimento prévio e escrito da Contratante.

5. DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

5.1. Pela execução dos serviços objeto deste Contrato, a Contratante pagará à Contratada o valor total de até R\$ XXXXXX (XXXXXXXX XXXXXXXX).

5.2. O valor total supra referido, inclui todos os custos diretos e indiretos, bem como deveres, obrigações e encargos de qualquer natureza, não sendo devido à Contratada qualquer outro pagamento, sejam quais forem os motivos invocados, notadamente em decorrência de serviços que tenham sido refeitos, em face de erros cometidos pela mesma, a qualquer título.

5.3. Os preços contratuais poderão ser reajustados após decorrido 01 (um) ano do mês da data da apresentação da proposta, conforme o disposto na Lei n.º 10.192 de 14 de fevereiro de 2001, ou legislação pertinente que venha a substituí-la ou regulamentá-la, obedecido o estabelecido abaixo.

5.4. Para o reajustamento será adotado o Índice do Custo da Construção - Salvador, Coluna 51, apurado e fornecido pela Fundação Getúlio Vargas, aplicado à seguinte fórmula:

$$R = \frac{P_i - P_o}{P_o} \times V$$

Onde:

R = valor da parcela de reajustamento devido

Po = índice de preço relativo ao mês da apresentação da proposta



Pi = índice de preço relativo ao mês do reajustamento devido

V = valor, a preços iniciais, da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

6. DA GARANTIA

6.1. Será exigida a prestação de garantia pela Adjudicatária, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, nas modalidades previstas no Edital, observados os demais requisitos ali estabelecidos.

6.2. Não será aceita a prestação de garantia que não cubra todos os riscos ou prejuízos eventualmente decorrentes da execução do contrato, tais como a responsabilidade por multas e obrigações trabalhistas, previdenciárias ou sociais.

6.3. Será exigida garantia adicional, caso configurada a hipótese prevista do §5º, do artigo 59, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021.

6.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

6.5. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada.

6.6. Após a execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.

7. DA FORMA DE PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada, correspondente aos serviços efetivamente realizados e aprovados pela fiscalização.

7.1.1. Havendo erro na fatura, a sua tramitação será suspensa para que a Contratada tome as providências necessárias à sua correção, passando a ser considerada, para fins de pagamento, a data de sua reapresentação, devidamente regularizada.

7.1.2. Nenhum pagamento isentará a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

7.1.3. As faturas deverão ser obrigatoriamente acompanhadas das guias de recolhimento dos encargos sociais devidos em relação ao mês anterior ao da emissão da fatura (INSS, FGTS e COFINS), relativos aos serviços, que deverá ser matriculada no INSS e demais Órgãos que assim o exigem. Esta obrigação não se aplica à primeira fatura emitida.

7.1.4. Juntamente com a primeira medição de serviços, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

7.2. A Contratante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem como para avaliar a conformidade dos serviços executados, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada



procedência legal.

7.2.1. No caso de etapas não concluídas, serão pagos apenas os serviços efetivamente executados, devendo a Contratada regularizar o cronograma na etapa subsequente.

7.2.2. A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva dos serviços executados.

7.2.3. Após a aprovação, a Contratada emitirá Nota Fiscal/Fatura no valor da medição definitiva aprovada, acompanhada da planilha de medição de serviços e de memória de cálculo detalhada.

7.3. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, acompanhada dos demais documentos exigidos neste contrato e no Edital.

7.3.1. Do pagamento da remuneração e das contribuições sociais (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social), correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, quanto aos empregados diretamente vinculados à execução contratual, nominalmente identificados;

7.3.2. Da regularidade fiscal, constatada através de consulta in-loco ao Cadastro Municipal de Fornecedores de Coribe - CMFJ, ou na impossibilidade de acesso ao cadastro, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada na Lei n.º 14.133/2021; e

7.3.3. Do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

7.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5. Antes do pagamento, a Contratante verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da Contratada no Cadastro Municipal de Fornecedores de Coribe - CMFJ e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

7.6. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei n.º 8.212/1991.

7.6.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

7.6.2. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006 e alterações das Leis Complementares n.º 147/2014 e 155/2016, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela Contratada, ou por



outro meio previsto na legislação vigente.

7.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.9. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8. DA VIGÊNCIA E DO PRAZO

8.1. O prazo máximo para a execução dos serviços, objeto do presente Contrato será de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir do 2º (segundo) dia útil após o recebimento da “Ordem de Serviço”, expedida pela Contratante.

8.1.1. O prazo para execução dos serviços poderá ser prorrogado a critério da Contratante, mantidos todos os direitos, obrigações, e responsabilidades, desde que ocorra qualquer um dos motivos previstos no art. 105, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, e será instrumentalizado por Termo Aditivo.

8.1.2. O prazo de vigência poderá ser automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

9. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1. Toda e qualquer comunicação, ordens de serviço, reclamações, imposição de multas, intimações, etc., entre a Contratante e a Contratada será sempre transmitida por escrito e devidamente registrada, devendo as correspondências encaminhadas pela Contratada ser protocoladas, pois só dessa forma produzirão efeito.

9.1.1. A Contratante poderá, em qualquer época, suspender ou paralisar, temporariamente, no todo ou em parte, a execução dos serviços, cabendo à Contratada:

- a) O recebimento do valor dos serviços executados, aceitos e não pagos:
- b) O ressarcimento de despesas vencidas relacionadas com o respectivo Contrato, ocorridas até a data em que for comunicada a suspensão ou paralisação dos serviços.

9.1.2. A Contratante reserva a si o direito de, a qualquer tempo, introduzir modificações nas especificações técnicas, mediante notificação, por escrito, à Contratada, respeitadas as disposições específicas deste Contrato, os eventuais acréscimos ou reduções de custos decorrentes dessas alterações, serão objeto de prévio ajuste das partes.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada, além do fornecimento da mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e demais atividades correlatas, obriga-se a:

10.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da



boa e perfeita execução do objeto;

10.1.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;

10.1.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

10.1.3. Os serviços a serem contratados seguirão de maneira detalhada os serviços e materiais descritos na PO - Planilha Orçamentária e demais documentos anexos;

10.1.4. As atividades deverão ser executadas conforme cronograma físico-financeiro, sob pena de multa por dia de atraso;

10.1.5. Para atendimento dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar pessoal, equipamentos, veículos, ferramentas e o que mais se fizer necessário para a execução integral dos serviços, devendo os equipamentos, combustível, veículos e ferramentas estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, obrigando-se a Contratada a substituir aqueles que não atenderem às exigências;

10.1.6. É de responsabilidade da Contratada, fornecer todo e qualquer Equipamento de Proteção Individual - EPI ao funcionário que estiver apto a desempenhar as atividades decorrentes da contratação;

10.1.7. A Contratada será responsável por todo e qualquer equipamento que possa ser necessário para executar os serviços, bem como os materiais especificados fielmente no memorial descritivo e na planilha orçamentária oriunda deste Estudo Técnico;

10.1.8. A Contratada deverá possuir a quantidade de funcionários suficientes para a execução dos serviços, com aplicação dos materiais compatíveis com a presente especificação técnica, memorial descritivo e planilha orçamentária anexa a este Estudo Técnico;

10.1.9. A Contratada deverá fazer a sinalização do local que será isolado para a realização do serviço a ser executado, e também é responsável por retirar o material utilizado para isto após a conclusão do serviço;

10.1.10. Será de inteira responsabilidade da contratada a sinalização dos locais de trabalho para que causem o menor transtorno possível;

10.1.11. Os equipamentos e ferramentas deverão ser suficientes para a execução dos serviços dentro das especificações técnicas solicitadas;

10.1.12. Os veículos, equipamentos, caminhões, máquinas pesadas, aos quais serão utilizados pela Contratada deverão atender as normas exigidas pela legislação de trânsito;

10.1.13. Os veículos deverão conter nas portas, adesivo ou pintura com o nome da Contratada;

10.1.14. A Contratada é responsável por qualquer atividade que tenha que ser desempenhada para cumprir este item;

10.1.15. É de responsabilidade da Contratada restaurar qualquer dano que possa ocorrer em decorrência do serviço a ser executado;

10.1.16. Após a conclusão dos serviços, a Contratada deverá remover do local todos os



materiais remanescentes da obra e demais serviços que venham a gerar resíduos que são de responsabilidade da Contratada e dar a finalidade adequada, equipamentos e quaisquer detritos provenientes do serviço, deixando-a totalmente limpos;

10.1.17. Os serviços deverão ser executados dentro da boa técnica, especialmente no tocante à preparação do local objeto de intervenção, seguindo estritamente fiel ao memorial descritivo, limpeza do local e sinalização de segurança, seguindo a seguinte metodologia:

10.1.17.1. Identificação e Sinalização do local onde será executado o serviço;

10.1.17.2. Remoção do material excedente e restos de entulho gerado pelo serviço;

10.1.17.3. Limpeza das superfícies que foram sujas decorrente dos serviços a serem executados;

10.1.17.4. Os resíduos oriundos dos serviços de limpeza e reenquadramento, lixamento, remoção de pintura deteriorada, restauração do reboco/emboço, e qualquer outro serviço que gerar entulho e sujeira, deverão ser recolhidos e retirados imediatamente por conta da Contratada não podendo permanecer no local;

10.1.17.5. Os materiais necessários para a limpeza da superfície que foram sujas decorrentes dos serviços a serem executados deverão ser fornecidos pela Contratada;

10.1.17.6. A remessa, a descarga, o transporte e a disposição final dos resíduos deverá ser efetuada pela Contratada, e caberá à Contratada a responsabilidade por esta destinação final.

10.1.18. A Contratada será responsável por eventuais danos e acidentes que vier a causar a terceiros ou a seus próprios empregados;

10.1.19. Todos os funcionários deverão estar devidamente registrados na Contratada;

10.1.20. Quaisquer despesas extras com seus funcionários, incluindo - mas não se limitando a - insalubridade e periculosidade, serão de responsabilidade única e exclusiva da Contratada;

10.1.21. O transporte, alimentação, hospedagem e demais despesas com os seus funcionários, serão de inteira responsabilidade da Contratada;

10.1.22. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, em conformidade com o art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021 e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, conforme art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021;

10.1.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021;

10.1.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de



fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

10.1.27. Registrar o Contrato no INSS e no CREA ou CAU e apresentar no Município de Coribe, inclusive o comprovante de pagamento da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente registrada, dentro do prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato.

10.1.28. Apresentar relatório mensal com anotação de sua equipe lotada no objeto contratado, com seus cargos definidos e o total da massa de salários diretos e indiretos correspondente a tal equipe. Tal informação servirá de base a aferição dos Encargos Sociais e Trabalhistas devidos e comprovadamente pagos, cuja apresentação dos respectivos comprovantes de recolhimento serão necessárias para o processamento e pagamento de qualquer fatura.

10.1.29. A constatação pela Fiscalização de qualquer funcionário da Contratada, no canteiro de obras, sem a Carteira Profissional devidamente assinada, implicará falta grave por parte da Contratada. Não será admitida a contratação de funcionários, pela Contratada, em discordância com as Convenções Coletivas de Trabalho que regem as diversas categorias de funcionários envolvidos no objeto do presente Edital.

10.1.30. Manter todos os empregados devidamente fardados e identificados, com os equipamentos de segurança adequados aos serviços em execução.

10.1.31. Arcar com os custos decorrentes de eventuais trabalhos noturnos ou em dias de feriados, se necessário, para atender os prazos do seu cronograma, os encargos, as incidências, alimentação, iluminação e outros decorrentes.

10.1.32. Adotar todas as medidas exigidas com vistas à execução dos serviços contratados, resguardando os critérios de sustentabilidade ambiental preconizados na legislação pertinente.

10.1.33. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.1.34. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021;

10.1.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento da obra, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação da obra em relação ao cronograma previsto.

10.1.36. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de:



10.1.36.1. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

10.1.36.2. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

10.1.36.3. florestas plantadas; e

10.1.36.4. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

10.1.37. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

10.1.37.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

10.1.37.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;

10.1.37.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exija a emissão de tal licença obrigatória.

10.1.37.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

10.1.38. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n.º 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

10.1.38.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

10.1.38.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA n.º 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

10.1.38.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a áreas de aterro de resíduos da construção civil, sendo dispostos de modo a permitir



a sua utilização ou reciclagem futura;

10.1.38.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

10.1.38.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

10.1.38.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

10.1.38.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

10.1.38.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n.º 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

10.1.39. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

10.1.39.1. qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

10.1.39.2. na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - *Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade*, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - *Níveis de Ruído para conforto acústico*, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

10.1.39.3. nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

10.1.40. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto à obra.



10.1.41. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

10.1.42. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

10.1.43. Deverá ser disponibilizada em canteiro a seguinte documentação: todos os projetos (inclusive complementares), orçamento, cronograma, memorial, diário de obra, alvará de construção e documentação do Programa de Qualidade;

10.1.44. Deverá a licitante rigorosamente cumprir o descrito no Projeto Básico anexo do edital; e,

10.1.45. A empresa é detentora da responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados ou fornecidos para esta finalidade e objetivo do contrato, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado.

11. DAS OBRIGAÇÕES CONTRATANTE

11.1. A Contratante obriga-se a:

11.1.1. Cumprir fielmente as disposições do Contrato;

11.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei n.º 14.133/2021;

11.1.3. Responsabilizar-se pela comunicação, em tempo hábil, de qualquer fato que acarrete em interrupção na execução do Contrato;

11.1.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados no Contrato;

11.1.5. Notificar a Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.1.6. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.1.7. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.1.8. Zelar pelo cumprimento das obrigações da Contratada relativas à observância das normas ambientais vigentes;

11.1.9. Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato, do Edital, especialmente do Projeto Básico e seus anexos;

11.1.10. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



12. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1. A Contratante exercerá fiscalização e acompanhamento dos serviços contratados, através de preposto ou equipe especialmente designada para este fim.

12.1.1. A fiscalização será exercida no exclusivo interesse da Contratante, não excluindo nem reduzindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, sendo que, na sua ocorrência, não deverá implicar corresponsabilidade da Contratante.

12.1.2. À fiscalização compete:

- a) relatar em tempo hábil, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldade no desenvolvimento dos serviços em relação a terceiros.
- b) esclarecer prontamente as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela Contratada, através de correspondência protocolada.
- c) expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas à Contratada, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- d) rejeitar todo e qualquer serviço inadequado ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- e) exigir da Contratada o cumprimento integral deste Contrato
- f) emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- g) determinar a substituição, em 24 horas, de qualquer empregado da Contratada, desde que justificado.

13. RECEBIMENTO DO OBJETO

13.1. Os Recebimentos Provisórios e Definitivos dos serviços serão efetuados de acordo com o estabelecido no art. 92, inciso VII, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, e observados os seguintes critérios e prazos:

- a) Recebimento Provisório: Ao considerar os serviços concluídos a Contratada comunicará o fato, por escrito, à Contratante, para que seja lavrado, pela fiscalização, o “Termo de Recebimento Provisório” a ser assinado pelas partes, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da referida comunicação.
- b) Recebimento Definitivo: No prazo máximo de 90 (noventa) dias do Recebimento Provisório, será lavrado o “Termo de Recebimento Definitivo”, por uma Comissão composta por 03 (três) membros designados pela Contratante, a ser assinado pelas partes, caso as obras e serviços não tenham apresentado qualquer deficiência e estejam em condições de serem recebidos definitivamente.

13.1.1. O “Recebimento Definitivo” não isentará a Contratada das responsabilidades previstas no art. 618, do Código Civil Brasileiro, e muito menos do prazo de garantia da obra de 05 (cinco) anos.



14. SANÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Comissão de Contratação durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.



14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes; ou,

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo de incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nas Cláusulas 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 5% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nas Cláusulas 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nas Cláusulas 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nas Cláusulas 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nas Cláusulas 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita na Cláusula 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual



será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.11.1. A cláusula imediatamente acima, não se aplica às multas de aplicabilidade imediata, considerando a previsão editalícia, e a basilar ação de licitante que pode ser plenamente evitada por ato de responsabilidade prévia.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. SEGURO E RESPONSABILIDADE CIVIL

15.1. A Contratada obriga-se a realizar e manter os seguintes seguros:

- a) Risco de Responsabilidade Civil do Construtor - RCC;
- b) Riscos diversos e danos físicos dos serviços;
- c) Contra acidentes de trabalho.

15.1.1. A Contratada reconhece, por este instrumento, que é responsável, em qualquer caso, por danos e prejuízos que eventualmente venham a sofrer ao Município de Coribe, coisas, propriedade de terceiros ou pessoas em decorrência da execução dos serviços, correndo às suas expensas, sem responsabilidade ou ônus para o Município de Coribe, os ressarcimentos ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam motivar.

15.1.2. A responsabilidade da Contratada é integral para os serviços contratados, nos termos do Código Civil Brasileiro, não sendo a fiscalização dos serviços motivo de diminuição de sua responsabilidade.

16. DA PROIBIÇÃO DE CESSÃO

16.1. A Contratada não poderá transferir ou ceder a execução deste Contrato parcial ou totalmente, salvo as subcontratações permitidas.

17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. Em conformidade com o disposto no art. 92, inciso XIX, da Lei n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, o contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda



que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

17.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

17.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual:

17.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

17.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.5.3. Indenizações e multas.

17.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, em observância ao art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

17.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, em atendimento ao art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021.

18. DA PREVALÊNCIA DA AÇÃO EXECUÇÃO

18.1. Todas as importâncias devidas pela Contratada à Contratante, serão objeto de cobrança através de processo de execução, valendo o presente instrumento como título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança mediante retenção, sempre que possível.

19. DA SUBCONTRATAÇÃO

19.1. É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, a parcial depende de aprovação da Administração Municipal de Coribe.



20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Coribe deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

02.05.00 - Secretaria municipal de obras, viação urbanismo

1121 - Pavimentação e Drenagem de Logradouros

4.4.90.51.00.00 - Obras e Instalações

1700 - Outras Transf.de Conv. ou Instr. Congêneres dos Estados

1500 - Recursos Próprios

20.2. Caso a vigência do contrato ultrapasse o exercício financeiro, as despesas do exercício subsequente correrão à conta das dotações orçamentárias indicadas em termo aditivo ou apostilamento.

21. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

21.1. Nos termos do arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021, a Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21.1.1. Em caso de reforma de edifício, o limite fixado para os acréscimos é de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

21.1.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

21.1.3. O conjunto de acréscimos e o conjunto de supressões serão calculados sobre o valor original do contrato, aplicando-se a cada um desses conjuntos, individualmente e sem nenhum tipo de compensação entre eles, os limites de alteração acima estabelecidos.

21.2. A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do sistema de referência utilizado na elaboração do orçamento-base da licitação não poderá ser reduzida, em favor da Contratada, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária (artigo 127, § 5º, I, da Lei n.º 12.309, de 2010).

21.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 01 (um) mês, conforme art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021.

21.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

22. DA PREVALÊNCIA ÀÇÃO EXECUÇÃO

22.1. Todas as importâncias devidas pela Contratada à Contratante, serão objeto de cobrança



através de processo de execução, valendo o presente instrumento como título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança mediante retenção, sempre que possível.

23. DOS CASOS OMISSOS

23.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, em especial o art. 92, inciso III, demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

24. DA PUBLICAÇÃO

24.1. Incumbirá à Contratante providenciar a publicação do extrato deste Contrato na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

25. DO FORO

25.1. Fica eleito o foro da Comarca de Coribe, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

25.2. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Coribe, Bahia, _____ de _____ de 2026.

Nome do Prefeito
Prefeito Municipal
Município de Coribe
CNPJ n.º 13.912.804/0001-81
CONTRATANTE

Proprietário / Sócio
Cargo na Empresa
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º XXX.XXX.XXX/XXXX-XX
CONTRATADA

Testemunhas:

1ª _____

2ª _____

CPF n.º _____

CPF n.º _____

**ANEXO XI****FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DO CONTRATO**

Concorrência Pública para a Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços de infraestrutura urbana de pavimentação para acesso à Praça do Mirante na sede advindo de contrato de repasse entre o Ministério das Cidades e o Município de Coribe - Bahia

FOLHA DE DADOS

| | | |
|--|---------------------|------|
| Dados da Empresa | | |
| Razão Social: | | |
| CNPJ: | Inscrição Estadual: | |
| Endereço: | | |
| Bairro: | Cidade: | |
| CEP: | Telefone(s): | Fax: |
| Dados da Pessoa que assinará o contrato | | |
| Nome Completo: | | |
| Endereço Residencial: | | |
| Cidade: | CEP: | |
| Cargo: | | |
| RG N.º | CPF N.º: | |
| Contato na empresa | | |
| Nome Completo: | | |
| Cargo: | | |
| Telefone(s): | Fax: () | |
| E-mail: | | |

Obs.: Caso a representação seja por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

XXXXXXXXXXXXXXXX - UF, XX de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX de 2026.

Assinatura do Representante Legal

Nome Completo
Cargo na Empresa / Representante
Razão Social da Empresa
CNPJ n.º

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório. A não apresentação dessa folha não implicará a inabilitação da Proponente.